



## EDITAL DE LICITAÇÃO PÚBLICA

PROCESSO LICITATÓRIO N.º 027/2026

PREGÃO ELETRÔNICO N.º 009/2026

<b>FORMA DE JULGAMENTO:</b>	MENOR PREÇO POR ITEM
<b>ABERTURA DA PROPOSTA DE PREÇOS</b>	ÀS 09h DO DIA 06/07/2026
<b>INÍCIO DA SESSÃO DE DISPUTA DE PREÇOS:</b>	Imediatamente após a classificação das propostas de preços.
<b>MODO DE DISPUTA:</b>	ABERTO
<b>LICITAÇÃO PELO SISTEMA REGISTRO DE PREÇOS:</b>	NÃO
<b>REFERÊNCIA DE TEMPO:</b>	HORÁRIO DE BRASÍLIA-DF
<b>LOCAL DA SESSÃO PÚBLICA:</b>	LICITANET
<b>ORÇAMENTO:</b>	O orçamento será sigiloso (art. 24 da Lei 14.133/21)
<b>PRAZO DO LICITANTE P/ ASSINATURA DO CONTRATO/ARP</b> * A contar da intimação	05 dias úteis
<b>PRAZO DE VIGÊNCIA DO CONTRATO</b>	12 (doze) meses
<b>INTERVALO MÍNIMO DE LANCE:</b>	De R\$ 0,01
<b>CASAS DECIMAIS</b>	Duas casas após a vírgula (ex: R\$ 0,01)
<b><u>INTIMAÇÕES / COMUNICAÇÕES:</u></b>	As intimações dos atos relativos ao presente processo licitatório, inclusive decorrente do futuro contrato administrativo (ou equivalente) serão feitas através de publicação no site <a href="http://www.antoniopradowe Minas .mg.gov.br">www.antoniopradowe Minas .mg.gov.br</a> . Quaisquer dúvidas, contactar pelo telefone 0800032110 ou pelo e-mail <a href="mailto:licitacao@antoniopradowe Minas .mg.gov.br">licitacao@antoniopradowe Minas .mg.gov.br</a>
<b>Obs.1:</b> As empresas e/ou representantes que tiverem interesse em participar do certame obrigam-se a acompanhar as publicações referentes ao processo no site <a href="http://www.antoniopradowe Minas .mg.gov.br">http://www.antoniopradowe Minas .mg.gov.br</a> , bem como as publicações no Diário Oficial do Município no endereço eletrônico <a href="http://www.antoniopradowe Minas .mg.gov.br">www.antoniopradowe Minas .mg.gov.br</a> , quando for o caso, com vistas às possíveis alterações e avisos.	
<b>Obs.2:</b> Caso o licitante informe na plataforma nos campos “marca” e “modelo” informação incorreta, modifique o conteúdo do campo “descrição”, “unidade” e “quantidade” prevalecerão essas informações (“descrição”, “unidade” e “quantidade”) em detrimento daquela(s) (“marca” e “modelo”). consequente, será tacitamente compreendido pela Administração que a proposta atende integralmente e completamente os termos do edital – <i>não podendo o licitante alegar tais questões na fase de execução do contrato</i> .	
<b>Obs.3:</b> Nos casos em que a MARCA/MODELO/FABRICANTE forem da própria licitante, deverão ser utilizadas as expressões “MARCA PRÓPRIA”, ou “MODELO PRÓPRIO”, “FABRICAÇÃO PRÓPRIA”, sob pena de DESCLASSIFICAÇÃO.	



**O MUNICÍPIO DE ANTÔNIO PRADO DE MINAS - ESTADO DE MINAS GERAIS**, pessoa jurídica de direito público, localizado na rua Prefeito Eurípedes Carlos de Abreu, 66, Centro – CEP: 36850-000, inscrito no CNPJ sob nº 17.947.631/0001-15, através do Pregoeiro e Equipe de Apoio, nomeada pela Portaria nº. 018/2025, torna público que realizará licitação, na modalidade PREGÃO, na forma ELETRÔNICA, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021 e demais legislações aplicáveis e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital, sendo a sessão pública realizada na data e horário definidos no aviso/extrato do edital informado acima no preâmbulo.

Aplicam no presente certame as normas: Decreto Municipal nº 065/2023; Lei Municipal nº 918/2023; Portaria Municipal nº 018/2025.

**Edital EXCLUSIVO PARA MEI, ME e EPP, conforme disposto no art. 47 da Lei Complementar n.º 123/2006.**

## **1 - DO OBJETO:**

1.1. Constitui objeto do presente certame a contratação eventual e parcelada, conforme a necessidade da Administração, de microempresa (ME), empresa de pequeno porte (EPP) ou microempreendedor individual (MEI), para o fornecimento de gêneros alimentícios diversos, incluindo produtos de panificação, lanches prontos, frios, laticínios, bebidas, itens industrializados e demais insumos correlatos, destinados ao atendimento das demandas da Secretaria Municipal de Saúde do Município de Antônio Prado de Minas/MG, conforme especificações e quantitativos estabelecidos no Termo de Referência.

1.2. Nos termos do § 1º do art. 24 da Lei nº 14.133/2021, o orçamento estimado da contratação será mantido em sigilo, sendo acessível apenas aos órgãos de controle interno e externo, com o objetivo de preservar a isonomia entre os licitantes e resguardar o interesse público.

1.3. A descrição dos itens da presente licitação consta do Termo de Referência, facultando-se ao licitante a participação em quantos itens forem de seu interesse.

1.4. Prevalência do Termo de Referência – T.R.: A descrição detalhada dos itens constantes do Termo de Referência deverá ser analisada cuidadosamente pelas licitantes interessadas em participar desta licitação, pois, em caso de divergência com a especificação divulgada na plataforma eletrônica de julgamento, prevalecerá a descrição constante do Termo de Referência para fins de contratação.

## **2 - DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO:**

2.1. Poderão participar deste Pregão os interessados que estiverem previamente credenciados na plataforma mencionada no preâmbulo, que não possuam impedimentos de participar de licitação e/ou contratar com o Poder Público e que possuam estabelecimento ou estrutura operacional apta ao atendimento da demanda na microrregião de Muriaé/MG, conforme delimitado no Estudo Técnico Preliminar – ETP.

2.2. A delimitação regional prevista no item anterior encontra-se devidamente justificada no Estudo Técnico Preliminar – ETP, em razão da natureza do objeto, que envolve o fornecimento de gêneros alimentícios, inclusive produtos de panificação e lanches prontos, com elevado grau de perecibilidade, exigindo fornecimento frequente, em pequenas quantidades e com reduzido intervalo entre produção, entrega e consumo, bem como da ausência de estrutura administrativa adequada para armazenamento prolongado, circunstâncias que demandam logística ágil e fornecimento em prazo reduzido, sob pena de comprometimento da qualidade, do frescor e da segurança alimentar dos produtos, em observância aos



princípios da eficiência, economicidade e interesse público, nos termos dos arts. 5º e 11 da Lei nº 14.133/2021.

2.3. Não poderão participar da licitação os interessados que se enquadrarem em qualquer caso de proibição na legislação vigente e neste edital, especialmente, em uma ou mais das situações a seguir:

2.3.1. que, por qualquer motivo, tenham sido declaradas:  
i. inidôneas para licitar ou contratar com a Administração Pública Direta ou Indireta da União, Estados, Distrito Federal ou Municípios;  
ii. punidas com impedimento de licitar e contratar com este Município, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a sua reabilitação;

2.3.2. os mencionados no art. 14 da Lei nº 14.133/2021 ou que possuam impedimentos previstos em legislação específica;

2.3.3. as pessoas jurídicas reunidas em consórcio.

2.4. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluía a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

2.5. É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos sistemas relacionados na plataforma de julgamento e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

2.6. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação ou até impedimento pela plataforma em participar da licitação.

2.7. Em conformidade com a Lei Complementar nº 123/2006, especialmente seu art. 48, inciso I, esta licitação será EXCLUSIVA PARA MICROEMPRESAS (ME), EMPRESAS DE PEQUENO PORTE (EPP) E MICROEMPREENDEDORES INDIVIDUAIS (MEI), desde que mantida a vantajosidade da contratação e a existência de número mínimo de fornecedores competitivos aptos ao atendimento do objeto, nos termos do art. 49 da referida Lei.

2.8. Aplica-se ao presente certame o tratamento favorecido às microempresas, empresas de pequeno porte e microempreendedores individuais, nos termos da Lei Complementar nº 123/2006, observadas as disposições deste edital.

### **3 - DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO**

3.1. Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, nos termos da Lei nº 14.133/2021.

3.2. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta comercial, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

3.3. Sem prejuízo da obrigatoriedade de marcação em campo próprio da plataforma eletrônica, a proposta comercial apresentada será tacitamente considerada como contendo as seguintes declarações:

3.3.1. que está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega definitiva, e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;



3.3.2. que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 anos, nos termos do art. 7º, XXXIII, da Constituição Federal;

3.3.3. que não possui, em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

3.3.4. que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

3.4. O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou microempreendedor individual deverá declarar, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no art. 3º da Lei Complementar nº 123/2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido previsto em seus arts. 42 a 49, observado o disposto no art. 4º da Lei nº 14.133/2021.

3.4.1. A ausência de marcação em campo específico da plataforma eletrônica implicará a não aplicação do tratamento diferenciado previsto na Lei Complementar nº 123/2006.

3.5. A falsidade das declarações sujeitará o licitante às sanções previstas na Lei nº 14.133/2021, neste Edital e na legislação aplicável, sem prejuízo das sanções penais cabíveis.

3.6. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.

3.7. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes classificados, após a fase de envio de lances, nos termos da legislação vigente.

3.8. Fica vedada a utilização de mecanismos automatizados (“robôs”) no presente processo eletrônico, por comprometer a isonomia entre os participantes, nos termos do Acórdão nº 1.647/2010 do Tribunal de Contas da União – TCU.

3.9. Caberá ao licitante interessado acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório, responsabilizando-se pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

3.10. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

#### **4 - DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA**

4.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

4.1.1. valor unitário do item;

4.1.1.1. a proposta inicial, bem como os lances subsequentes, quando for o caso, deverão ser registrados em moeda corrente nacional (R\$);

4.1.2. marca/fabricante, quando aplicável, não sendo admitida a indicação de mais de uma marca para um mesmo item;

4.1.3. modelo/versão, quando aplicável.

4.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante, especialmente quanto às exigências constantes do Termo de Referência, incluindo qualidade, acondicionamento, prazos de validade e condições de fornecimento dos gêneros alimentícios, inclusive produtos perecíveis e de panificação.

4.3. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais, logísticos e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

4.4. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.





4.5. Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos 12 (doze) meses.

4.6. Independentemente do percentual de tributo inserido na proposta, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

4.7. A apresentação da proposta implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nela contidas, em conformidade com o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os produtos em quantidades e qualidades adequadas, observadas as exigências sanitárias, de acondicionamento, transporte e validade, promovendo, quando requerido, a substituição de itens em desacordo.

4.8. O prazo de validade da proposta não será inferior a 60 (sessenta) dias, a contar da data de sua apresentação.

4.9. O descumprimento das regras estabelecidas neste edital poderá ensejar a responsabilização do licitante, nos termos da Lei nº 14.133/2021, sem prejuízo das demais sanções cabíveis.

## **5 - DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES**

5.1 - A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados no aviso/extrato do edital.

5.2 - Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta anteriormente inserida no sistema até a abertura da sessão pública.

5.2.1 - Será desclassificada a proposta que identifique o licitante nos campos de cadastramento do portal (descrição do objeto, marca, fabricante ou quaisquer outros elementos).

5.2.1.1 - Nos casos em que a marca/fabricante for da própria licitante, deverão ser utilizadas as expressões “MARCA PRÓPRIA” ou “FABRICAÇÃO PRÓPRIA”, sob pena de desclassificação.

5.2.2 - A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.

5.3 - O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas, sendo que somente estas participarão da fase de lances.

5.4 - O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes.

5.5 - Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

5.6 - O lance deverá ser ofertado pelo valor unitário do item, conforme critério de julgamento estabelecido neste edital.

5.7 - Será desclassificada a proposta que não atender às exigências do edital e do Termo de Referência.

5.8 - Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas neste edital.

5.9 - O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

5.10 - O intervalo mínimo de diferença entre os lances deverá obedecer ao limite previsto no preâmbulo do edital.

5.11 - O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no prazo de até 30 (trinta) segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente.

5.12 - O modo de disputa adotado será o aberto.



5.13 - Os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos.

5.13.1 - A etapa de lances terá duração de 10 (dez) minutos, sendo prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos 2 (dois) minutos.

5.13.2 - A prorrogação automática será de 2 (dois) minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver novos lances dentro desse período.

5.13.3 - Não havendo novos lances, a etapa será encerrada automaticamente pelo sistema.

5.14 - Após o encerramento da fase de lances, o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.

5.15 - Durante a sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do menor valor registrado, vedada a identificação do licitante.

5.16 - No caso de desconexão do Pregoeiro, o sistema poderá permanecer acessível aos licitantes para recepção dos lances.

5.17 - Quando a desconexão persistir por tempo superior a 10 (dez) minutos, a sessão será suspensa e reiniciada após comunicação oficial aos participantes.

5.18 - Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

5.19 - Não se aplica ao presente certame o disposto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123/2006 (empate ficto), por se tratar de licitação exclusiva para ME/EPP/MEI.

5.20 - Em caso de empate entre propostas, será aplicado o critério previsto no art. 60 da Lei nº 14.133/2021.

5.21 - Encerrada a etapa de lances, o Pregoeiro poderá negociar condições mais vantajosas com o licitante melhor classificado.

5.21.1 - A negociação poderá ser estendida aos demais licitantes, respeitada a ordem de classificação.

5.21.2 - A negociação será realizada por meio do sistema eletrônico, sendo acompanhada pelos demais participantes.

5.21.3 - O resultado da negociação será registrado em ata.

5.21.4 - O Pregoeiro poderá solicitar o envio da proposta ajustada ao último lance ofertado.

5.22 - Após a negociação, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

## **6 - DA FASE DE JULGAMENTO**

6.1 - Encerrada a etapa de negociação, o Pregoeiro verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme o art. 14 da Lei nº 14.133/2021, mediante consulta aos seguintes cadastros:

- a) Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS;
- b) Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP.

6.1.1 - Alternativamente, poderá ser realizada consulta consolidada no sistema do Tribunal de Contas da União – TCU.

6.2 - Caso conste a existência de ocorrências impeditivas, o Pregoeiro diligenciará para verificar eventual irregularidade.

6.2.1 - Constatada a existência de sanção impeditiva, o licitante será considerado inabilitado.

6.3 - Verificadas as condições de participação, será iniciada a fase de habilitação.

6.4 - O Pregoeiro verificará se o licitante faz jus ao tratamento favorecido às microempresas, empresas de pequeno porte ou microempreendedores individuais, conforme previsto neste edital.

6.5 - Na sequência, será examinada a proposta classificada em primeiro lugar quanto à sua adequação ao objeto e à compatibilidade do preço com o mercado.

6.6 - Será desclassificada a proposta que:



- a) conter vícios insanáveis;
- b) não atender às especificações técnicas constantes do Termo de Referência;
- c) apresentar preços inexequíveis ou superiores ao valor estimado da contratação.

6.7 - Considerar-se-á inexequível a proposta que não demonstre sua viabilidade, mediante comprovação de que os custos envolvidos são compatíveis com os praticados no mercado.

6.7.1 - Para bens em geral, poderão ser considerados indícios de inexequibilidade valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor estimado pela Administração.

6.7.2 - Havendo indícios de inexequibilidade, o Pregoeiro poderá realizar diligências para que o licitante comprove a viabilidade da proposta.

6.8 - Erros formais no preenchimento da proposta não constituirão motivo para desclassificação, podendo ser sanados, desde que não haja alteração do valor final ofertado nem prejuízo à isonomia.

6.9 - Para fins de análise da proposta, o Pregoeiro poderá solicitar manifestação do setor requisitante ou de área técnica competente.

## 7 – DA FASE DE HABILITAÇÃO

7.1 Os documentos exigidos para fins de habilitação serão anexados no sistema eletrônico, em campo próprio, na forma do art. 63, inciso II, da Lei nº 14.133/2021.

7.1.1 Após a finalização da etapa de lances, encerramento da negociação e do prazo recursal relativo às propostas, o Pregoeiro solicitará ao licitante classificado em primeiro lugar que, no prazo mínimo de 02 (duas) horas e máximo de 02 (dois) dias úteis, envie todos os documentos de habilitação.

7.1.2 O Pregoeiro poderá prorrogar, uma única vez, o prazo estabelecido no subitem anterior, mediante justificativa, com o objetivo de sanar ocorrência procedimental, inclusive para solicitação de documentação complementar, observando-se o princípio da razoabilidade.

7.1.3 O licitante que não apresentar a documentação de habilitação no prazo estabelecido será inabilitado, sendo convocado o próximo licitante, na ordem de classificação.

7.1.4 Na análise dos documentos de habilitação, o Pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

7.2 Na hipótese de o licitante classificado em primeiro lugar não atender às exigências de habilitação, o Pregoeiro examinará a documentação dos demais licitantes, observada a ordem de classificação, até a apuração de proposta que atenda ao presente edital.

7.3 Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta tenha sido aceita, após concluídos os procedimentos desta fase.

7.4 Os documentos exigidos para habilitação são os seguintes:

7.4.1 – Habilitação Jurídica

7.4.1.1 Para fins de habilitação jurídica, o licitante deverá apresentar documento que demonstre sua capacidade de exercer direitos e assumir obrigações, bem como sua existência jurídica, conforme o caso:

- a) empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;
- b) microempreendedor individual – MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual (CCMEI), cuja autenticidade será verificada;
- c) sociedade empresária ou empresa individual de responsabilidade limitada: ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado;
- d) filial, sucursal ou agência: inscrição no registro competente com averbação no registro da matriz;
- e) sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas, acompanhada da indicação dos administradores;



f) cooperativa: ata de fundação e estatuto social em vigor, devidamente registrados, bem como o registro previsto na legislação específica;  
g) empresa ou sociedade estrangeira: decreto de autorização para funcionamento no País;  
h) os documentos acima deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

#### 7.4.2 – Regularidade Fiscal, Social e Trabalhista

- a) Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas – CNPJ;
- b) Prova de regularidade perante a Fazenda Nacional;
- c) Prova de regularidade perante a Fazenda Estadual;
- d) Prova de regularidade perante a Fazenda Municipal;
- e) Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FGTS;
- f) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT.

7.4.2.1 As certidões deverão estar válidas na data de sua apresentação, conforme os prazos estabelecidos pelos órgãos emissores.

7.4.2.2 Caso o licitante seja considerado isento de tributos estaduais e/ou municipais relacionados ao objeto licitatório, deverá comprovar tal condição mediante declaração do órgão competente ou documento equivalente, na forma da lei.

7.4.2.3 Caso o licitante classificado em primeiro lugar seja microempresa, empresa de pequeno porte ou microempreendedor individual, deverá apresentar toda a documentação exigida para comprovação de regularidade fiscal e trabalhista, ainda que contenha restrições.

#### 7.4.3 – Qualificação Econômico-Financeira

- a) Certidão negativa de falência, recuperação judicial ou extrajudicial, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica, dentro do prazo de validade;
- b) O licitante que estiver em recuperação judicial deverá apresentar autorização do juízo competente para participação em licitação.

#### 7.4.4 – Qualificação Técnica

a) Alvará Sanitário ou Licença Sanitária válida da empresa licitante, expedida pela Vigilância Sanitária competente, em conformidade com a natureza do objeto, especialmente quanto ao fornecimento de gêneros alimentícios, inclusive produtos perecíveis e de panificação.

#### 7.4.5 – Documentos Complementares

- a) Declaração diversa, conforme modelo constante no edital.

#### 7.5 – Regularização Fiscal (ME/EPP/MEI)

7.5.1 Caso a proposta mais vantajosa seja ofertada por microempresa, empresa de pequeno porte ou microempreendedor individual, e haja alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal e trabalhista, será assegurado o prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da declaração do vencedor, para sua regularização.

7.5.2 O prazo poderá ser prorrogado por igual período, a critério da Administração, mediante solicitação justificada do licitante.

7.5.3 A não regularização no prazo previsto implicará a inabilitação do licitante, sem prejuízo das sanções cabíveis, sendo facultada a convocação dos licitantes remanescentes, na ordem de classificação.

7.5.4 Caso outro licitante enquadrado como microempresa ou empresa de pequeno porte também apresente restrição, será igualmente concedido o prazo para regularização.

## 8. DOS RECURSOS

8.1 Caberá recurso, no prazo de 3 (três) dias úteis, contado da data de intimação ou de lavratura da ata, em face de:





- a) julgamento das propostas;
- b) ato de habilitação ou inabilitação de licitante;
- c) anulação ou revogação da licitação.

8.2 O prazo para apresentação de contrarrazões será o mesmo do recurso e terá início na data de intimação pessoal ou de divulgação da interposição do recurso.

8.3 Quanto aos recursos previstos nas alíneas “a” e “b” do item 8.1, serão observadas as seguintes disposições:

- a) a intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;
- b) o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata;
- c) a apreciação dar-se-á em fase única.

8.3.1 Qualquer licitante poderá, durante a sessão pública, no prazo de 10 (dez) minutos após o término do julgamento das propostas e do ato de habilitação ou inabilitação, manifestar sua intenção de recorrer em campo próprio do sistema, sob pena de preclusão.

8.4 O recurso será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 3 (três) dias úteis, o encaminhará à autoridade superior, a qual deverá proferir decisão no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis.

8.5 O acolhimento do recurso implicará invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

8.6 O recurso interposto terá efeito suspensivo até decisão final da autoridade competente.

8.7 Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema eletrônico.

8.8 Não serão conhecidos recursos interpostos fora do sistema eletrônico ou fora do prazo estabelecido.

8.9 Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados.

## **9. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO**

9.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar o presente Edital por irregularidade na aplicação da Lei nº 14.133/2021, devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis anteriores à data de abertura do certame, nos termos do art. 164 da referida Lei.

9.2. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgada em sítio eletrônico oficial e/ou na plataforma eletrônica indicada no preâmbulo, no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data de abertura do certame.

9.3. A impugnação e os pedidos de esclarecimentos deverão ser realizados por meio eletrônico, exclusivamente na plataforma indicada no preâmbulo deste Edital.

9.4. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem automaticamente o certame, salvo decisão fundamentada do Pregoeiro ou da autoridade competente.

9.5. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser devidamente motivada nos autos do processo licitatório.

9.6. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame, nos termos da legislação vigente.

## **10. ENCERRAMENTO DA LICITAÇÃO**

10.1. O pregoeiro declarará vencedora a empresa que apresentar o menor preço, desde que atendidos todos os termos do edital, após a fase de julgamento e habilitação.

10.2. Encerradas as fases de julgamento e habilitação, e exauridos os recursos administrativos, o processo licitatório será encaminhado à autoridade competente, que poderá:



- a) determinar o retorno dos autos para saneamento de irregularidades;
- b) revogar a licitação por motivo de conveniência e oportunidade;
- c) proceder à anulação da licitação, de ofício ou mediante provocação de terceiros, sempre que presente ilegalidade insanável;
- d) adjudicar o objeto e homologar a licitação, nos termos da legislação vigente.

10.2.1. A adjudicação do objeto somente ocorrerá após o encerramento da fase recursal, quando houver, e a decisão final da autoridade competente.

10.3. A licitante vencedora, após a homologação, conforme disposições contratuais consubstanciadas no Termo de Referência, será convocada para assinar o termo de contrato ou aceitar ou retirar o instrumento equivalente, no prazo estabelecido no preâmbulo, sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas na legislação aplicável.

10.4. O prazo de convocação poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, mediante solicitação da parte durante seu transcurso, devidamente justificada e aceita pela Administração.

10.5. Será facultado à Administração, quando o convocado não assinar o termo de contrato ou não aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo e condições estabelecidas, convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a celebração do contrato, nos termos do art. 90 da Lei nº 14.133/2021.

## **11. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES**

11.1. Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:

11.1.1. deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo/a pregoeiro/a durante o certame;

11.1.2. Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta em especial quando:

11.1.2.1. não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;

11.1.2.2. recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;

11.1.2.3. pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva; ou

11.1.2.4. deixar de apresentar amostra;

11.1.2.5. apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital;

11.1.3. não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

11.1.3.1. recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;

11.1.4. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação

11.1.5. fraudar a licitação

11.1.6. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:

11.1.6.1. agir em conluio ou em desconformidade com a lei;

11.1.6.2. induzir deliberadamente a erro no julgamento;

11.1.6.3. apresentar amostra falsificada ou deteriorada;

11.1.7. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação

11.1.8. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 2013;

11.1.9. deixar de entregar/atender os itens da ordem de fornecimento (ou documento equivalente) no prazo pactuado;



11.2. Com fulcro na Lei n.º 14.133, de 2021, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

11.2.1. advertência;

11.2.2. multa;

11.2.3. impedimento de licitar e contratar e

11.2.4. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

11.3. Na aplicação das sanções serão considerados:

11.3.1. a natureza e a gravidade da infração cometida.

11.3.2. as peculiaridades do caso concreto

11.3.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes

11.3.4. os danos que dela provierem para a Administração Pública

11.3.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

11.4. A multa será recolhida em percentual de 0,5% a 30% incidente sobre o valor do contrato licitado, recolhida no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, a contar da comunicação oficial.

11.4.1. Para as infrações previstas nos itens 11.1.1, 11.1.2 e 11.1.3, a multa será de 0,5% a 15% do valor do contrato licitado.

11.4.2. Para as infrações previstas nos itens 11.1.4, 11.1.5, 11.1.6, 11.1.7 e 11.1.8, a multa será de 15% a 30% do valor do contrato licitado.

11.4.3. Para a infração prevista no item 11.1.9 a multa será de 0,5% por dia calculada sobre o valor dos itens constantes da ordem de fornecimento (ou documento equivalente) que estão em atraso de entrega pelo particular, limitada a 30% incidente sobre o valor do contrato licitado.

11.5. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.

11.6. Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

11.7. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 11.1.1, 11.1.2 e 11.1.3, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo a qual pertencer o órgão ou entidade, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

11.8. Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos itens 11.1.4, 11.1.5, 11.1.6, 11.1.7 e 11.1.8, bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens 11.1.1, 11.1.2 e 11.1.3 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no art. 156, §5º, da Lei n.º 14.133/2021.

11.9. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, descrita no item 11.1.3, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade promotora da licitação, quando for o caso.

11.10. A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15



(quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

11.11. Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

11.12. Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

11.13. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

11.14. A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

## **12. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

12.1. Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico;

12.2. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro;

12.3. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília – DF;

12.4. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

12.5. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação;

12.6. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório;

12.7. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração;

12.8. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

12.9. Em caso de divergência entre as disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as dos anexos.

12.10. O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e site [www.antoniopradodeminas.mg.gov.br](http://www.antoniopradodeminas.mg.gov.br).

12.11. Os endereços de e-mail informados na proposta comercial serão considerados de uso contínuo da empresa, não cabendo alegação de desconhecimento das comunicações a eles comprovadamente encaminhadas.

12.12. Reputa-se como entregue e recebido, e-mail que não retorna com mensagem de erro.

12.13. A empresa deverá incluir o [domínio@antoniopradodeminas.mg.gov.br](mailto:domínio@antoniopradodeminas.mg.gov.br) na sua lista de e-mail confiáveis como forma de evitar que as comunicações sejam consideradas SPAM ou Lixo Eletrônico.

12.14. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seus anexos.





12.15. Fica eleito o Foro da Comarca deste Município para dirimir quaisquer litígios oriundos da licitação e do contrato dela decorrente, com expressa renúncia a outro qualquer, por mais privilegiado que seja.

Antônio Prado de Minas, 03 de junho de 2026.

**LÉO GONÇALVES WALTI**  
Pregoeiro

## **PROCESSO LICITATÓRIO N.º 027/2026 - PREGÃO ELETRÔNICO N.º 009/2026**

### **ANEXO I**

#### **ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR – ETP**

**Unidade Administrativa de Origem:** Secretaria Municipal de Saúde.  
**Responsável:** Edilma Aparecida Calian Pereira Franzini.

**Descrição resumida do objeto:** Estudo da melhor solução para suprir, de forma contínua, parcelada e eventual, a necessidade de fornecimento de gêneros alimentícios diversos, incluindo produtos de panificação, lanches prontos, frios, laticínios, bebidas, itens industrializados e demais insumos correlatos, destinados ao preparo e fornecimento de lanches, bem como ao atendimento das ações e atividades desenvolvidas no âmbito da Secretaria Municipal de Saúde do Município de Antônio Prado de Minas/MG.

#### **1. INTRODUÇÃO**

1.1. O presente Estudo Técnico Preliminar – ETP tem por finalidade analisar e demonstrar a viabilidade da contratação destinada ao fornecimento parcelado e eventual de gêneros alimentícios diversos, incluindo produtos de panificação, lanches prontos, frios, bebidas, laticínios e itens correlatos, com vistas ao atendimento das demandas da Secretaria Municipal de Saúde do Município de Antônio Prado de Minas/MG.

1.2. A presente contratação visa subsidiar a elaboração do Termo de Referência, contemplando as condições de fornecimento, especificações técnicas, quantitativos estimados, periodicidade das entregas, critérios de execução, exigências sanitárias e estimativa de preços, em observância ao disposto no art. 18 da Lei nº 14.133/2021.

#### **2. NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO SOB A PERSPECTIVA DO INTERESSE PÚBLICO**

2.1. A Secretaria Municipal de Saúde é responsável pela execução das políticas públicas de saúde no âmbito do Município, promovendo ações de prevenção, atendimento, assistência e promoção à saúde da população.



2.2. No desenvolvimento de suas atribuições institucionais, verifica-se a necessidade de aquisição de gêneros alimentícios diversos, fornecimento de gêneros alimentícios diversos, incluindo produtos de panificação, lanches prontos, frios, laticínios, bebidas, itens industrializados e demais insumos correlatos, destinados ao preparo e fornecimento de lanches, apoio logístico e suporte às atividades internas e externas da Secretaria.

2.3. Tais produtos são utilizados no atendimento a demandas institucionais relacionadas, entre outras, a campanhas de vacinação, ações de promoção à saúde, mutirões, atendimentos coletivos, reuniões técnicas, capacitações, treinamentos, eventos institucionais e demais atividades administrativas e operacionais vinculadas à Secretaria Municipal de Saúde.

2.4. A disponibilização de alimentos e lanches em determinadas ações contribui para a permanência dos usuários, profissionais e equipes de apoio nas atividades desenvolvidas, assegurando melhores condições de execução, continuidade das ações e maior efetividade das políticas públicas de saúde.

2.5. Além disso, os gêneros alimentícios são necessários para atender rotinas administrativas e operacionais das unidades vinculadas à Secretaria, assegurando suporte adequado às atividades institucionais e ao regular funcionamento dos serviços públicos de saúde.

2.6. A contratação mostra-se necessária e compatível com o interesse público, sendo essencial para garantir a continuidade, eficiência, regularidade e adequada execução das ações e serviços desenvolvidos pela Secretaria Municipal de Saúde.

### **3. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO**

3.1. A contratação será realizada por meio de processo licitatório, na modalidade Pregão Eletrônico, nos termos da Lei nº 14.133/2021, por se tratar de bens comuns, com especificações usuais de mercado, critérios objetivos de julgamento e ampla possibilidade de competição.

3.2. Considerando a natureza divisível do objeto e a estimativa de valor dos itens, deverá ser adotada, quando cabível, nos termos da legislação, a participação exclusiva de microempresas (ME), microempreendedores individuais (MEI) e empresas de pequeno porte (EPP) para os itens de até R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais), nos termos do art. 48, inciso I, da Lei Complementar nº 123/2006, desde que mantidas a vantajosidade da contratação e a existência de fornecedores competitivos aptos ao atendimento do objeto.

3.3. O julgamento deverá ocorrer, preferencialmente, pelo critério de menor preço por item, em razão da divisibilidade do objeto, da diversidade dos gêneros alimentícios a serem adquiridos e da possibilidade de ampliação da competitividade.

3.4. Os fornecedores deverão atender, no mínimo, aos seguintes requisitos:

3.4.1. Fornecimento de gêneros alimentícios diversos, incluindo produtos de panificação, frios, bebidas, laticínios e demais itens correlatos, conforme especificações técnicas a serem definidas no Termo de Referência, observando-se tipo, unidade de fornecimento, peso, volume, embalagem, qualidade, prazo de validade e demais características pertinentes.

3.4.2. Os produtos deverão ser entregues em perfeitas condições de consumo, adequados ao uso, observando padrões satisfatórios de qualidade, frescor, higiene, conservação e segurança alimentar, especialmente no caso de itens perecíveis.

3.4.3. Os produtos de panificação e demais itens preparados ou fabricados cuja natureza exija consumo em curto prazo deverão, quando aplicável, ser produzidos ou preparados no mesmo dia da entrega, preservando suas características organolépticas, integridade e segurança sanitária.

3.4.4. Cumprimento integral das normas sanitárias vigentes, especialmente aquelas expedidas pela ANVISA, pelo Ministério da Saúde, pela Vigilância Sanitária estadual e municipal, bem como demais normas relacionadas à manipulação, acondicionamento, armazenamento, transporte e comercialização de alimentos.



3.4.5. Apresentação de Alvará Sanitário, Licença Sanitária ou documento equivalente válido, expedido pelo órgão competente, relativo ao estabelecimento responsável pela fabricação, manipulação, fracionamento, armazenamento, comercialização ou distribuição dos alimentos.

3.4.6. Manutenção de condições adequadas de higiene, transporte e acondicionamento, com utilização de veículos apropriados para o transporte de alimentos, observadas as exigências legais e sanitárias pertinentes à natureza de cada item.

3.4.7. Os alimentos perecíveis, refrigerados, resfriados ou congelados deverão ser transportados e entregues em condições adequadas de temperatura, conservação e integridade, sendo vedado o fornecimento de produtos com indícios de deterioração, descongelamento indevido, recongelamento, contaminação, violação de embalagem ou qualquer impropriedade para consumo.

3.4.8. Os produtos industrializados deverão ser entregues em embalagens íntegras, lacradas, sem avarias, amassamentos, estufamentos, vazamentos ou violação, contendo identificação do fabricante, lote, data de fabricação, data de validade e demais informações exigidas pela legislação.

3.4.9. Os produtos in natura deverão apresentar adequado estado de conservação, aspecto, textura, coloração e maturação compatíveis com o consumo, livres de sujidades, corpos estranhos, parasitas, larvas, resíduos indevidos, deterioração ou danos físicos que comprometam sua utilização.

3.4.10. O prazo de validade dos produtos deverá ser compatível com a natureza de cada item, não sendo admitido o fornecimento de produtos com prazo exíguo que comprometa sua utilização regular pela Administração, ressalvados os itens de consumo imediato ou de fabricação diária.

3.4.11. O fornecimento será realizado de forma parcelada e sob demanda, mediante solicitação formal da Administração, de acordo com a necessidade da Secretaria Municipal de Saúde.

3.4.12. As entregas deverão ser realizadas nos locais previamente indicados na ordem de fornecimento, incluindo sede da Secretaria, unidades de saúde, pontos de apoio, locais de campanhas, eventos institucionais e outros endereços vinculados às ações da Secretaria Municipal de Saúde.

3.4.13. Considerando a natureza perecível de parte relevante dos itens, especialmente os produtos de panificação, bem como a necessidade de fornecimento frequente, em pequenas quantidades e com reduzido intervalo entre produção, entrega e consumo, os prazos de entrega deverão ser compatíveis com a natureza de cada item e com a necessidade administrativa, podendo ser fixados prazos diferenciados no Termo de Referência para itens perecíveis, panificados, refrigerados, preparados ou de consumo imediato.

3.4.14. Em razão das peculiaridades do objeto, notadamente quanto à perecibilidade dos produtos de panificação e à necessidade de manutenção de suas condições de frescor, qualidade e segurança sanitária, poderá ser adotada, de forma excepcional e devidamente motivada, a delimitação regional da contratação, nos termos da justificativa constante deste ETP, sem prejuízo da competitividade, desde que comprovada a existência de fornecedores aptos na área delimitada.

3.4.15. A frequência das entregas poderá variar conforme a necessidade da Administração, podendo ocorrer de forma diária, semanal, eventual ou conforme cronograma previamente definido pela Secretaria Municipal de Saúde.

3.4.16. O contratado deverá substituir, às suas expensas e no prazo fixado pela Administração, os produtos entregues em desacordo com as especificações, com vícios de qualidade, validade insuficiente, acondicionamento inadequado, deterioração, irregularidade sanitária ou qualquer impropriedade para consumo.

3.4.17. A Administração poderá recusar, total ou parcialmente, no ato do recebimento ou posteriormente, os produtos que não atendam às especificações, condições sanitárias, quantidades, qualidade, prazos de validade, condições de acondicionamento ou demais exigências estabelecidas no Termo de Referência.

3.4.18. O contratado deverá manter, durante toda a execução contratual, todas as condições de habilitação, regularidade fiscal, trabalhista, jurídica e, quando aplicável, sanitária e operacional exigidas para a contratação.



3.4.19. Aplicam-se, no que couber, as disposições do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078/1990), especialmente no que se refere à qualidade, adequação, segurança e responsabilidade pelo fornecimento de produtos impróprios ou inadequados ao consumo.

3.4.20. Poderá ser exigida comprovação de capacidade operacional mínima, especialmente quanto à logística de entrega e prazos compatíveis com a natureza dos produtos.

#### 4. LEVANTAMENTO DE MERCADO

4.1. O mercado local e regional dispõe de fornecedores aptos ao fornecimento de produtos de panificação de forma parcelada, atendendo às exigências de qualidade e regularidade.

4.2. A estimativa de preços será realizada com base em:

4.2.1. Banco de Preços e Pannel de Preços do Governo Federal;

4.2.2. Cotações com fornecedores locais e regionais.

4.3. A modalidade licitatória recomendada é o Pregão Eletrônico, nos termos da Lei nº 14.133/2021, por se tratar de bem comum, com critérios objetivos de julgamento.

#### 5. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

5.1. A solução consiste na contratação de empresa(s) especializada(s) para o fornecimento parcelado e eventual de gêneros alimentícios diversos, incluindo produtos de panificação, lanches prontos, frios, laticínios, bebidas, itens industrializados e demais insumos correlatos, destinados ao preparo e fornecimento de lanches e ao atendimento das demandas da Secretaria Municipal de Saúde.

5.2. Os produtos serão utilizados conforme a necessidade da Administração, em campanhas de saúde, ações institucionais, mutirões, atendimentos coletivos, reuniões, treinamentos, capacitações, eventos e demais atividades administrativas e operacionais desenvolvidas pela Secretaria Municipal de Saúde.

5.3. A solução deverá contemplar fornecimento sob demanda, em entregas parceladas, conforme cronograma, requisição formal ou necessidade superveniente da Administração, observadas as especificações técnicas e quantitativos definidos no Termo de Referência.

5.4. Considerando a natureza perecível de parte relevante dos itens, especialmente dos produtos de panificação, bem como a necessidade de atendimento tempestivo às ações da Secretaria Municipal de Saúde, a solução deverá contemplar fornecimento com capacidade logística compatível com entregas em prazo reduzido, podendo, de forma excepcional e devidamente justificada, ser adotada delimitação regional da contratação, a fim de assegurar a manutenção do frescor, da qualidade, da segurança alimentar e da adequada execução contratual.

5.5. A contratação atende de forma adequada e suficiente à demanda apresentada, não se verificando, neste momento, necessidade de soluções complementares ou alternativas mais vantajosas para a Administração.

#### 6. ESTIMATIVA DE QUANTIDADES

6.1. Os quantitativos foram estimados com base no histórico de consumo da Secretaria Municipal de Saúde, considerando a frequência das ações, número de eventos, campanhas, atendimentos realizados, rotinas administrativas e operacionais, bem como a necessidade de assegurar o adequado dimensionamento da contratação, evitando desabastecimento e contratações emergenciais.

ITEM	DESCRIÇÃO	UNID	QUANT	Valor unitário (R\$)	Valor Total (R\$)
1	Patê pronto, perfeito para o café da manhã, lanches e aperitivos. Prático, versátil, cremoso e fácil	Unidade	60		





	espalhabilidade. Embalagem com 100g.				
2	Pudim de chocolate, textura cremosa e sabor característico, pronto para consumo, acondicionado em forma com 22 cm de diâmetro	Unidade	30		
3	Pudim de leite condensado, textura cremosa e sabor característico, pronto para consumo, acondicionado em forma com 22 cm de diâmetro	Unidade	30		
4	Salgado pequeno, sortido, pronto para consumo, acondicionado em embalagem contendo 100 unidades (o cento)	Cento	50		
5	Refrigerante de 1º linha, garrafa pet de 2 litros e de sabores diversos (cola, guaraná, limão, laranja, uva)	Unidade	250		
6	Suco caixa. Suco de fruta 100% pronto para consumo, acondicionado em caixa de 1 litro (sabores diversos), com sabor natural da fruta. Produto líquido, pronto para servir, de fácil manuseio e transporte.	Unidade	200		
7	Suco de fruta concentrado de 1 litro, pronto para diluição (sabores diversos). Produto líquido concentrado, de fácil manuseio e transporte, com sabor natural da fruta após diluição conforme instruções do fabricante	Unidade	50		



8	Presunto cozido, fatiado ou em peça, pronto para consumo, indicado para refeições coletivas, lanches e preparações culinárias.	Quilo	80		
9	Muçarela fatiada ou em bloco, pronta para consumo, indicada para refeições coletivas, lanches e preparações culinárias.	Quilo	80		
10	Achocolatado em pó, pronto para preparo de bebida, acondicionado em lata de 400 g, embalagem lacrada.	Unidade	10		
11	Leite UHT integral em embalagem tipo longa vida (caixa tetrapak) de 1 litro.	Unidade	80		
12	Requeijão cremoso tradicional, produto lácteo pasteurizado, com textura uniforme, pote de 200g	Unidade	50		
13	Margarina com sal, cremosa, embalagem plástica de 500g.	Unidade	50		
14	Biscoito tipo maisena, pacote 350g com 3 embalagens.	Unidade	50		
15	Biscoito tipo cream cracker, pacote 350g com 3 embalagens.	Unidade	50		
16	Mortadela, fatiada, própria para consumo	Quilo	80		
17	Banana (nanica ou prata). Fruta fresca, inteira, madura, firme, de cor e odor característicos, sem manchas escuras excessivas, sem sinais de podridão ou pragas.	Quilo	60		



18	Maçã (Gala ou Fuji). Fruta fresca, inteira, firme, de coloração típica da variedade, sem rachaduras, machucaduras ou manchas.	Quilo	60		
19	Uva (sem semente, preferencialmente Thompson ou Crimson). Fruta fresca, em cachos inteiros, bagos firmes e bem desenvolvidos, de cor uniforme, sem rachaduras, bolor ou sinais de fermentação.	Quilo	60		
20	Mamão (Formosa ou Papaia). Fruta fresca, inteira, madura, firme, de casca lisa, sem manchas, rachaduras ou sinais de podridão.	Quilo	60		
Total:					

### ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

7.1. A estimativa do valor total da contratação é de R\$ 30.223,30 (trinta mil duzentos e vinte e três reais e trinta centavos), apurada com base em pesquisa de mercado e em contratações anteriores similares, considerando o fornecimento de gêneros alimentícios diversos, incluindo produtos de panificação, lanches prontos, frios, laticínios, bebidas, itens industrializados e demais insumos correlatos para atendimento das demandas da Secretaria Municipal de Saúde.

7.2. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de dotações orçamentárias próprias da Secretaria Municipal de Saúde, consignadas no orçamento vigente, as quais serão devidamente especificadas no Termo de Referência e no instrumento contratual, em observância ao art. 18 da Lei nº 14.133/2021.

### 8. JUSTIFICATIVA PARA O PARCELAMENTO



8.1. O objeto será parcelado por itens, em conformidade com o art. 47 da Lei nº 14.133/2021, visando assegurar maior competitividade e seleção da proposta mais vantajosa para a Administração.

8.2. O parcelamento mostra-se tecnicamente adequado, pois os itens são divisíveis e independentes, permitindo a participação de microempresas e empresas de pequeno porte, nos termos do art. 48, inciso I, da Lei Complementar nº 123/2006, sem prejuízo da eficiência na execução contratual.

## **9. CONTRATAÇÕES CORRELATAS OU INTERDEPENDENTES**

9.1. Não se verifica a necessidade de contratações correlatas ou interdependentes para a adequada execução do objeto.

## **10. BENEFÍCIOS A SEREM ALCANÇADOS COM A CONTRATAÇÃO**

10.1. Assegurar a continuidade e a regularidade das ações e serviços desenvolvidos pela Secretaria Municipal de Saúde.

10.2. Proporcionar suporte adequado às atividades institucionais, tais como campanhas de saúde, mutirões, atendimentos coletivos, reuniões técnicas, treinamentos, capacitações e demais ações administrativas e operacionais.

10.3. Garantir melhores condições de execução das atividades pelos profissionais envolvidos, bem como maior organização logística no desenvolvimento das ações da Secretaria.

10.4. Contribuir para a melhoria das condições de atendimento aos usuários do sistema público de saúde, especialmente em ações coletivas e eventos institucionais que demandem permanência prolongada de equipes e participantes.

10.5. Reduzir riscos de desabastecimento, improvisações operacionais e contratações emergenciais, promovendo maior planejamento, economicidade e eficiência administrativa.

10.6. Assegurar, especialmente quanto aos produtos perecíveis e de panificação, a manutenção de padrões adequados de frescor, qualidade, integridade e segurança alimentar, mediante fornecimento compatível com a dinâmica operacional da Secretaria Municipal de Saúde.

## **11. PROVIDÊNCIAS A SEREM ADOTADAS**

11.1. Não se verificam providências prévias complexas ou complementares indispensáveis à viabilização da contratação.

11.2. Deverão ser adotadas, contudo, as seguintes providências administrativas antes da fase externa do certame:

11.2.1. Revisão e consolidação da planilha de itens, quantitativos e preços estimados;

11.2.2. Padronização das descrições dos produtos, unidades de fornecimento e especificações técnicas;

11.2.3. Previsão expressa, no Termo de Referência e no instrumento contratual, das condições de recebimento, substituição de produtos irregulares, controle de qualidade e exigências sanitárias aplicáveis;

11.2.4. Formalização, na fase interna, da justificativa da regionalização da contratação, com demonstração da necessidade técnica e operacional, delimitação da área regional adotada e registro da existência de fornecedores competitivos aptos na área delimitada.

11.2.5. Definição dos responsáveis pela fiscalização e acompanhamento da execução contratual.

## **12. POSSÍVEIS IMPACTOS AMBIENTAIS**

12.1. Os impactos ambientais decorrentes da contratação relacionam-se, principalmente, à geração de resíduos orgânicos e de embalagens.

12.2. Deverão ser observadas práticas adequadas de gerenciamento de resíduos, com segregação, acondicionamento e destinação final ambientalmente adequada, nos termos da legislação vigente e normas sanitárias aplicáveis.





12.3. Sempre que possível e sem prejuízo à competitividade e à vantajosidade, poderão ser priorizados produtos com embalagens adequadas, rotulagem regular e condições de acondicionamento que reduzam perdas, desperdícios e riscos de contaminação.

12.4. Priorizar, quando possível, produtos com menor volume de embalagens ou recicláveis, sem prejuízo da competitividade.

### **13. DA REGIONALIZAÇÃO DA CONTRATAÇÃO E DA EXCLUSIVIDADE PARA ME E EPP**

13.1. A presente contratação poderá ser estruturada com tratamento diferenciado e favorecido às microempresas, microempreendedores individuais e empresas de pequeno porte, nos termos dos arts. 47 e 48, inciso I, da Lei Complementar nº 123/2006, especialmente em relação aos itens cujo valor estimado seja de até R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais), observada a legislação vigente.

13.2. No caso concreto, além da exclusividade legalmente admitida para participação de ME/EPP/MEI, verifica-se a necessidade de adoção de delimitação regional da contratação, em caráter excepcional, devidamente motivado por razões técnicas e operacionais concretas, em conformidade com os princípios da isonomia, competitividade, eficiência, economicidade e seleção da proposta mais vantajosa, previstos na Lei nº 14.133/2021.

13.3. A excepcionalidade da regionalização decorre da natureza do objeto, consistente no fornecimento de gêneros alimentícios diversos destinados ao atendimento das demandas da Secretaria Municipal de Saúde, com especial relevância para os produtos de panificação, os quais apresentam alto grau de perecibilidade, exigindo fornecimento contínuo, parcelado e frequente, com reduzido intervalo entre a produção, a entrega e o consumo.

13.4. Os produtos de panificação e demais itens cuja natureza exija consumo em curto prazo demandam preparo recente, conservação adequada e consumo em curto espaço de tempo, sendo essencial que a logística de fornecimento preserve suas condições de qualidade, frescor, integridade e segurança sanitária até a efetiva disponibilização nas unidades atendidas.

13.5. Constatou-se, na fase de planejamento, que o Município não dispõe de estrutura adequada para armazenamento prolongado de parte relevante dos itens perecíveis, circunstância que impõe a necessidade de entregas parceladas em pequenas quantidades e com elevada frequência, conforme as demandas operacionais da Secretaria Municipal de Saúde.

13.6. Diante dessa realidade, a contratação de fornecedores localizados em regiões distantes tende a aumentar o tempo de deslocamento e o risco de comprometimento da qualidade dos produtos, podendo ocasionar perda de frescor, endurecimento, inadequação ao consumo e até riscos à segurança alimentar, o que compromete a adequada execução contratual e o interesse público.

13.7. Assim, para fins de compatibilização entre a necessidade administrativa, a qualidade do objeto e a eficiência da execução, justifica-se a adoção de delimitação regional da contratação, tomando-se como referência a Microrregião 63 – Muriaé, conforme classificação do IBGE.

13.8. A escolha dessa abrangência regional mostra-se adequada, necessária e proporcional, pois contempla área territorial suficiente para garantir competitividade, ao mesmo tempo em que preserva a viabilidade logística do fornecimento, notadamente diante da necessidade de entregas frequentes e da natureza perecível dos itens.

13.9. Conforme levantamento preliminar de mercado, deverá ser verificada e registrada a existência, na área delimitada, de no mínimo 03 (três) fornecedores competitivos, enquadrados como microempresas ou empresas de pequeno porte, aptos, em tese, a atender às exigências do futuro certame, em observância ao art. 49 da Lei Complementar nº 123/2006, sem prejuízo à competitividade.

13.10. Dessa forma, a regionalização, no presente caso, não constitui restrição arbitrária à competitividade, mas sim medida excepcional, motivada e instrumental à boa execução contratual, compatível com os princípios da eficiência, economicidade, razoabilidade e interesse público, tendo em vista a necessidade de



assegurar regularidade no abastecimento, manutenção da qualidade dos alimentos e continuidade dos serviços públicos de saúde.

13.11. Conclui-se, portanto, que a adoção de participação exclusiva de ME/EPP/MEI, quando cabível, aliada à regionalização da contratação no âmbito da Microrregião 63 – Muriaé, mostra-se tecnicamente justificada, juridicamente viável e adequada às peculiaridades do objeto, devendo tal diretriz ser refletida no Termo de Referência e no Edital.

#### **14. DECLARAÇÃO DE VIABILIDADE**

14.1. Declara-se a viabilidade da contratação, considerando a adequação da solução proposta às necessidades da Administração, a existência de fornecedores aptos no mercado e a compatibilidade da contratação com o interesse público.

#### **15. JUSTIFICATIVA DA VIABILIDADE**

15.1. A contratação é considerada viável, com fundamento no art. 18 da Lei nº 14.133/2021, tendo em vista que a solução proposta se mostra adequada, necessária e suficiente para atender à demanda da Secretaria Municipal de Saúde, observando os princípios da eficiência, economicidade, planejamento, competitividade e interesse público.

15.2. A adoção do fornecimento parcelado e sob demanda mostra-se tecnicamente recomendável em razão da diversidade dos itens, da perecibilidade de parte relevante do objeto e da necessidade de entregas tempestivas, permitindo melhor gestão de estoques, maior racionalidade no consumo e maior aderência às necessidades reais da Administração.

15.3. Ressalta-se que, embora a regra geral nas licitações públicas seja a ampla competitividade, no presente caso a delimitação regional da contratação revela-se medida excepcional, proporcional e devidamente justificada, especialmente em razão da natureza perecível dos produtos de panificação, da necessidade de fornecimento frequente, da ausência de estrutura adequada para armazenamento prolongado e da indispensabilidade de preservação da qualidade, do frescor e da segurança alimentar dos produtos fornecidos.

15.4. A solução proposta, portanto, mostra-se juridicamente possível, tecnicamente adequada e administrativamente recomendável, devendo a contratação observar as condições, exigências e justificativas estabelecidas neste ETP, no Termo de Referência e no instrumento convocatório.



## PROCESSO LICITATÓRIO N.º 027/2026 - PREGÃO ELETRÔNICO N.º 009/2026

### ANEXO 2

Este Termo de Referência é elaborado contendo os elementos descritivos contidos no art. 6º, XXIII da Lei n.º 14.133/2021, como segue abaixo:

#### 1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO:

1.1. Constitui objeto do presente Termo de Referência a futura e eventual contratação de empresa(s) especializada(s) para o fornecimento parcelado, conforme demanda, de produtos de panificação, lanches prontos, itens de confeitaria, frios, bebidas, frutas e gêneros alimentícios correlatos, destinados ao preparo e fornecimento de lanches, bem como ao suporte das ações, campanhas, atendimentos coletivos, mutirões, reuniões técnicas, treinamentos, capacitações, eventos institucionais e demais demandas da Secretaria Municipal de Saúde do Município de Antônio Prado de Minas/MG, conforme especificações, quantitativos e condições estabelecidas neste Termo de Referência.

ITEM	DESCRIÇÃO	UNID	QUANT	Valor unitário (R\$)	Valor Total (R\$)
1	Patê pronto, perfeito para o café da manhã, lanches e aperitivos. Prático, versátil, cremoso e fácil espalhabilidade. Embalagem com 100g.	Unidade	60		
2	Pudim de chocolate, textura cremosa e sabor característico, pronto	Unidade	30		

**TOTAL GERAL DO VALOR MÉDIO: R\$ 30.223,30 (trinta mil duzentos e vinte e três reais e trinta centavos).**



1.2. Os bens objeto desta

	para consumo, acondicionado em forma com 22 cm de diâmetro				
3	Pudim de leite condensado, textura cremosa e sabor característico, pronto para consumo, acondicionado em forma com 22 cm de diâmetro	Unidade	30		
4	Salgado pequeno, sortido, pronto para consumo, acondicionado em embalagem contendo 100 unidades (o cento)	Cento	50		
5	Refrigerante de 1º linha, garrafa pet de 2 litros e de sabores diversos (cola, guaraná, limão, laranja, uva)	Unidade	250		
6	Suco caixa. Suco de fruta 100% pronto para consumo, acondicionado em caixa de 1 litro (sabores diversos), com sabor natural da fruta. Produto líquido, pronto para servir, de fácil manuseio e transporte.	Unidade	200		
7	Suco de fruta concentrado de 1 litro, pronto para diluição (sabores diversos). Produto líquido concentrado, de fácil manuseio e transporte, com sabor natural da fruta após diluição conforme instruções do fabricante	Unidade	50		
8	Presunto cozido, fatiado ou em peça, pronto para consumo, indicado para refeições coletivas, lanches e preparações culinárias.	Quilo	80		





9	Muçarela fatiada ou em bloco, pronta para consumo, indicada para refeições coletivas, lanches e preparações culinárias.	Quilo	80		
10	Achocolatado em pó, pronto para preparo de bebida, acondicionado em lata de 400 g, embalagem lacrada.	Unidade	10		
11	Leite UHT integral em embalagem tipo longa vida (caixa tetrapak) de 1 litro.	Unidade	80		
12	Requeijão cremoso tradicional, produto lácteo pasteurizado, com textura uniforme, pote de 200g	Unidade	50		
13	Margarina com sal, cremosa, embalagem plástica de 500g.	Unidade	50		
14	Biscoito tipo maisena, pacote 350g com 3 embalagens.	Unidade	50		
15	Biscoito tipo cream cracker, pacote 350g com 3 embalagens.	Unidade	50		
16	Mortadela, fatiada, própria para consumo	Quilo	80		
17	Banana (nanica ou prata). Fruta fresca, inteira, madura, firme, de cor e odor característicos, sem manchas escuras excessivas, sem sinais de podridão ou pragas.	Quilo	60		
18	Maçã (Gala ou Fuji). Fruta fresca, inteira, firme, de coloração típica	Quilo	60		



	da variedade, sem rachaduras, machucaduras ou manchas.				
19	Uva (sem semente, preferencialmente Thompson ou Crimson). Fruta fresca, em cachos inteiros, bagos firmes e bem desenvolvidos, de cor uniforme, sem rachaduras, bolor ou sinais de fermentação.	Quilo	60		
20	Mamão (Formosa ou Papaia). Fruta fresca, inteira, madura, firme, de casca lisa, sem manchas, rachaduras ou sinais de podridão.	Quilo	60		
Total:					

contratação são caracterizados como bens comuns, nos termos do art. 6º, inciso XIII, da Lei nº 14.133/2021, por possuírem padrões de desempenho e qualidade objetivamente definidos por meio de especificações usuais de mercado.

1.3. O objeto desta contratação não se enquadra como bem de luxo, nos termos do art. 20 da Lei nº 14.133/2021.

1.4. O prazo de vigência da contratação será de 12 (doze) meses, contados da assinatura do contrato, na forma do art. 105 da Lei nº 14.133/2021, podendo ser prorrogado, desde que observados os requisitos legais, a vantajosidade para a Administração e a disponibilidade orçamentária, quando cabível.

1.5. O fornecimento será realizado de forma parcelada e sob demanda, mediante emissão de ordem de fornecimento, conforme a necessidade da Secretaria Municipal de Saúde, observadas as especificações, quantidades e condições estabelecidas neste Termo de Referência.

## **2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO**

2.1. A presente contratação justifica-se pela necessidade de garantir a continuidade, a regularidade e a eficiência das ações e serviços desenvolvidos no âmbito da Secretaria Municipal de Saúde, assegurando suporte adequado às atividades administrativas, operacionais e institucionais vinculadas à rede municipal de saúde.



2.2. A aquisição de produtos de panificação, lanches prontos, itens de confeitaria, frios, bebidas, frutas e gêneros alimentícios correlatos destina-se ao atendimento de demandas relacionadas ao preparo e fornecimento de lanches, bem como ao suporte às rotinas das unidades e setores vinculados à Secretaria Municipal de Saúde.

2.3. Os itens serão utilizados, entre outras finalidades, no atendimento de ações e atividades como campanhas de vacinação, ações de promoção e prevenção em saúde, mutirões, atendimentos coletivos, reuniões técnicas, treinamentos, capacitações, eventos institucionais e demais iniciativas promovidas pela Secretaria Municipal de Saúde.

2.4. Em determinadas ações de saúde pública, especialmente aquelas com duração prolongada ou que demandem permanência de usuários, profissionais e equipes de apoio, a disponibilização de alimentação contribui para a adequada execução das atividades e para a maior efetividade das políticas públicas implementadas.

2.5. Além disso, os gêneros alimentícios são necessários para atender demandas rotineiras e eventuais das unidades de saúde, assegurando condições mínimas de apoio logístico e operacional às atividades desenvolvidas.

2.6. Considerando a natureza perecível de parte relevante dos itens, especialmente dos produtos de panificação, lanches prontos, frios, frutas e demais itens perecíveis, mostra-se imprescindível o fornecimento parcelado e conforme demanda, com entregas compatíveis com a natureza de cada produto, a fim de garantir qualidade, frescor, segurança alimentar e adequação ao consumo.

2.7. Em observância ao princípio da continuidade do serviço público e ao interesse público envolvido, a contratação revela-se indispensável para assegurar a manutenção regular e eficiente das ações e serviços prestados pela Secretaria Municipal de Saúde, evitando desabastecimento e prejuízos ao atendimento da população.

### **3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO, CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO E ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO**

3.1. A solução proposta consiste na contratação de empresa(s) apta(s) ao fornecimento parcelado, conforme demanda, de produtos de panificação, lanches prontos, itens de confeitaria, frios, bebidas, frutas e gêneros alimentícios correlatos....

3.2. O fornecimento deverá ocorrer de forma parcelada, mediante requisição formal da Administração, conforme cronograma, necessidade superveniente ou ordem de fornecimento emitida pela Secretaria Municipal de Saúde, observadas as especificações técnicas, quantitativos estimados e condições definidas neste Termo de Referência.

3.3. Considerando o ciclo de vida do objeto, deverão ser observadas as condições adequadas de aquisição, armazenamento, transporte, entrega, recebimento e consumo dos produtos, especialmente produtos de panificação, lanches prontos e frutas, em razão de sua perecibilidade, de modo a assegurar qualidade, integridade, segurança sanitária e adequada utilização pela Administração.

3.4. Os produtos deverão ser entregues em perfeitas condições de consumo, com observância às normas sanitárias vigentes, às condições adequadas de acondicionamento e transporte, aos prazos de validade compatíveis com a natureza de cada item e às especificações técnicas constantes da planilha de itens e deste Termo de Referência.

3.5. No caso de produtos de panificação e demais itens cuja natureza exija consumo imediato ou em curto prazo, deverá ser assegurada a entrega em condições adequadas de frescor, conservação e segurança alimentar, podendo ser exigida, conforme o item, fabricação ou preparo no mesmo dia da entrega, quando tecnicamente pertinente.

3.6. A solução adotada mostra-se adequada, suficiente e mais vantajosa sob os aspectos técnico e econômico, considerando a natureza do objeto, a diversidade dos itens, a perecibilidade de parte relevante



dos produtos, a necessidade de entregas parceladas e a inexistência de solução alternativa mais eficiente para o atendimento da demanda administrativa.

#### **4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO**

4.1. Os produtos de panificação, lanches prontos, itens de confeitaria, frios, bebidas, frutas e demais gêneros alimentícios correlatos deverão atender integralmente às especificações técnicas mínimas constantes deste Termo de Referência, admitindo-se o fornecimento de produtos de qualidade equivalente ou superior, desde que plenamente compatíveis com as exigências estabelecidas pela Administração.

4.2. Os itens fornecidos deverão observar rigorosamente as normas sanitárias, de higiene, manipulação, acondicionamento, transporte e conservação aplicáveis ao gênero alimentício, especialmente as expedidas pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária – ANVISA, pela Vigilância Sanitária competente e demais normas correlatas.

4.3. Os produtos deverão ser fornecidos em perfeitas condições de consumo, frescos, próprios para ingestão, isentos de sujidades, parasitas, larvas, corpos estranhos, odores ou sabores inadequados, sinais de deterioração, mofo, fermentação indevida, contaminação ou qualquer alteração que comprometa sua qualidade e segurança alimentar.

4.4. Os produtos deverão ser produzidos, manipulados, acondicionados e transportados em conformidade com as boas práticas de fabricação e de manipulação de alimentos, cabendo à contratada adotar todas as medidas necessárias à preservação das características físicas, sensoriais, nutricionais e higiênico-sanitárias dos itens até a efetiva entrega.

4.5. Sempre que aplicável, os produtos deverão estar acondicionados em embalagens adequadas, íntegras, limpas, compatíveis com sua natureza e em quantidade suficiente para assegurar a proteção durante o transporte e a entrega, sem risco de contaminação, avaria ou perda de qualidade.

4.6. Quando a natureza do item exigir ou comportar identificação individual ou por lote, deverão constar, de forma legível, no mínimo, informações relativas à data de fabricação e ao prazo de validade, observada a legislação sanitária pertinente.

4.7. Considerando a natureza perecível dos produtos de panificação, a contratada deverá possuir estrutura operacional e logística compatível com o objeto, apta a assegurar o fornecimento parcelado, contínuo e tempestivo, conforme as necessidades da Secretaria Municipal de Saúde.

4.8. Não será admitido o fornecimento de produtos:

I – fora das especificações técnicas estabelecidas;

II – com aspecto, textura, coloração, odor ou sabor incompatíveis com sua natureza;

III – com embalagem violada, inadequada ou em desacordo com as normas sanitárias;

IV – com sinais de deterioração, contaminação ou impróprios para consumo;

V – entregues em desacordo com os prazos e condições fixados neste Termo de Referência.

4.9. Eventual indicação de marca, quando constante de especificação ou cotação de preços, terá caráter meramente referencial, destinada exclusivamente à melhor identificação do padrão de qualidade pretendido, sendo admitida a oferta de produto equivalente, similar ou superior, vedada a restrição indevida à competitividade.

##### **Da exigência de amostras**

4.10. Considerando a natureza do objeto e a necessidade de aferição da qualidade, frescor, padrão de produção, características sensoriais e adequação ao consumo, a Administração poderá, mediante decisão motivada, exigir a apresentação de amostras do licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar, nos termos do art. 41, inciso II, da Lei nº 14.133/2021.

4.11. A exigência de amostras, quando adotada, deverá constar expressamente no edital, com indicação objetiva dos itens sujeitos à avaliação, dos critérios de análise, do local, da forma e do prazo para apresentação.



4.12. Na hipótese de convocação, as amostras deverão ser apresentadas no prazo fixado no edital, em quantitativo estritamente necessário à análise, sendo vedada exigência excessiva ou desproporcional que restrinja a competitividade.

4.13. As amostras serão avaliadas por servidor ou comissão designada, com base em critérios objetivos previamente definidos, especialmente:

I – atendimento às especificações técnicas;

II – qualidade e padrão de fabricação;

III – frescor, textura, aparência, odor e sabor;

IV – adequação do acondicionamento;

V – conformidade com as exigências sanitárias.

4.14. A rejeição da amostra deverá ser devidamente motivada e registrada, assegurando-se transparência e observância aos princípios da isonomia, da vinculação ao instrumento convocatório e do julgamento objetivo.

4.15. Na hipótese de reprovação da amostra do licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar, poderão ser convocados os licitantes subsequentes, observada a ordem de classificação.

#### **Da subcontratação**

4.16. Não será admitida a subcontratação do objeto, tendo em vista a necessidade de controle direto da qualidade, da manipulação, da produção, do acondicionamento e das condições sanitárias dos produtos fornecidos, sem prejuízo de atividades acessórias que não importem transferência da responsabilidade pela execução principal, quando admitidas pela Administração e desde que não comprometam a natureza do objeto.

#### **Da garantia contratual**

4.17. Não será exigida garantia da contratação, nos termos do art. 96 da Lei nº 14.133/2021, considerando a natureza do objeto, o valor estimado da contratação e a baixa complexidade da execução, sem prejuízo da responsabilização integral da contratada pelo inadimplemento das obrigações assumidas.

### **5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO**

#### **Condições de Fornecimento e Entrega**

5.1. O fornecimento dos itens objeto deste Termo de Referência será realizado de forma parcelada, conforme a necessidade da Secretaria Municipal de Saúde, mediante emissão de Autorização de Fornecimento, Nota de Autorização de Fornecimento (NAF), ordem de compra ou instrumento equivalente.

5.2. Os quantitativos indicados neste Termo de Referência são estimados, destinando-se exclusivamente ao planejamento da contratação, não gerando à Administração obrigação de aquisição integral, ficando a execução condicionada à necessidade efetiva e à conveniência administrativa.

5.3. A contratada deverá realizar as entregas no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, contadas do recebimento da solicitação formal, salvo prazo menor quando expressamente justificado pela urgência da demanda e previamente informado pela Administração.

5.4. Em razão da natureza perecível do objeto, os produtos deverão, preferencialmente, ser produzidos no mesmo dia da entrega ou em prazo compatível com sua adequada conservação e consumo, de modo a assegurar frescor, qualidade e segurança alimentar.

5.5. As entregas deverão ocorrer nos locais indicados pela Secretaria Municipal de Saúde, situados no Município de Antônio Prado de Minas/MG, em dias úteis e dentro do horário de expediente, salvo necessidade excepcional devidamente comunicada pela Administração.

5.6. Todas as despesas relativas ao fornecimento correrão por conta exclusiva da contratada, inclusive custos com produção, embalagem, transporte, carga, descarga, pessoal, tributos, encargos sociais,





trabalhistas, previdenciários, comerciais, securitários e demais ônus necessários ao integral cumprimento do objeto.

5.7. Os produtos deverão ser entregues em condições adequadas de higiene, conservação e temperatura, quando aplicável, observando-se as normas sanitárias vigentes e as boas práticas de manipulação e transporte de alimentos.

5.8. O transporte dos produtos deverá ser realizado em veículo adequado, limpo, em boas condições de uso, compatível com a natureza dos alimentos transportados e apto a preservar suas características e integridade até o momento da entrega.

5.9. Os produtos deverão ser acondicionados de forma compatível com sua natureza, em embalagens adequadas, íntegras e limpas, de modo a evitar contaminação, deterioração, deformação, esmagamento, ressecamento ou qualquer comprometimento de sua qualidade.

5.10. Os alimentos fornecidos deverão apresentar-se, no mínimo:  
I – frescos e próprios para consumo;  
II – isentos de substâncias estranhas ou contaminantes;  
III – sem sujidades, corpos estranhos ou resíduos indevidos;  
IV – sem sinais de deterioração, fermentação indevida, mofo ou alteração;  
V – com aparência, textura, odor e sabor compatíveis com sua natureza;  
VI – acondicionados conforme o padrão solicitado pela Administração, quando houver.

Recebimento do objeto

5.11. O recebimento dos produtos ocorrerá em duas etapas:  
I – recebimento provisório, no ato da entrega, para verificação imediata das condições aparentes do objeto, quantitativo, integridade das embalagens e conformidade inicial com as especificações;  
II – recebimento definitivo, após a conferência da conformidade material, qualitativa e sanitária do objeto, observado o prazo necessário à verificação pela unidade requisitante.

5.12. O recebimento provisório ou definitivo não exclui a responsabilidade da contratada pela qualidade, segurança, adequação ao consumo e conformidade dos produtos fornecidos, nem afasta a possibilidade de rejeição posterior caso constatados vícios, defeitos ou desconformidades não perceptíveis no ato da entrega.

5.13. Os produtos poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando:  
I – estiverem em desacordo com as especificações do Termo de Referência;  
II – apresentarem má qualidade, deterioração, contaminação ou inadequação ao consumo;  
III – forem entregues fora do prazo, sem justificativa aceita pela Administração;  
IV – estiverem em desacordo com as normas sanitárias aplicáveis;  
V – apresentarem acondicionamento inadequado ou embalagem comprometida.

5.14. Na hipótese de rejeição, a contratada deverá proceder à substituição dos produtos recusados no prazo máximo de 12 (doze) horas, contado da notificação, ou em prazo inferior fixado pela Administração quando a urgência da demanda assim exigir, sem qualquer ônus adicional para o Município e sem prejuízo da aplicação das sanções cabíveis.

5.15. A reincidência no fornecimento de produtos em desconformidade, a inobservância reiterada dos prazos de entrega ou o descumprimento das condições sanitárias poderá caracterizar inexecução parcial ou total do contrato, sujeitando **a contratada às penalidades previstas no edital, no contrato e na legislação vigente.**

## 6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133/2021, respondendo cada parte pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

6.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, mediante registro por apostila.



6.3. As comunicações entre a Administração e a contratada deverão ser realizadas preferencialmente por escrito, admitindo-se o uso de meio eletrônico, desde que assegurada a comprovação do recebimento.

6.4. A Administração poderá convocar representante da contratada para adoção de providências que devam ser cumpridas de forma imediata, especialmente em situações que envolvam risco à qualidade ou à segurança alimentar.

6.5. Após a assinatura do contrato, poderá ser realizada reunião inicial com a contratada para alinhamento das condições de execução, especialmente quanto à logística de fornecimento, prazos de entrega, locais de entrega, padrões de qualidade e mecanismos de fiscalização.

#### Fiscalização

6.6. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada por servidor designado, nos termos do art. 117 da Lei nº 14.133/2021, cabendo-lhe verificar o cumprimento das obrigações contratuais, especialmente quanto à qualidade, frescor e condições sanitárias dos produtos fornecidos.

6.7. O fiscal do contrato anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas à execução, determinando o que for necessário à regularização de falhas ou defeitos observados.

6.8. O descumprimento das obrigações contratuais relativas à qualidade, prazo de entrega e condições sanitárias ensejará a aplicação das sanções previstas no contrato e na legislação vigente.

## 7. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO

### Recebimento

7.1. Os produtos objeto deste Termo de Referência serão recebidos provisoriamente no ato da entrega, juntamente com a nota fiscal, para verificação sumária de conformidade com as especificações do Termo de Referência.

7.2. Os produtos poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações, especialmente quanto ao frescor, qualidade ou condições sanitárias, devendo ser substituídos no prazo máximo de 12 (doze) horas, contadas da notificação, sem ônus para a Administração.

7.3. Considerando a natureza perecível dos produtos, o recebimento definitivo ocorrerá no prazo máximo de até 02 (dois) dias úteis, após verificação da qualidade e adequação ao consumo.

7.4. O recebimento provisório ou definitivo não exclui a responsabilidade da contratada pela qualidade e segurança dos produtos fornecidos.

7.5. No caso de controvérsia quanto à qualidade ou quantidade dos produtos, aplica-se o disposto no art. 143 da Lei nº 14.133/2021.

### Liquidação

7.6. Recebida a nota fiscal ou documento equivalente, o prazo para liquidação será de até 10 (dez) dias úteis, nos termos da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022.

7.7. Para fins de liquidação, será verificada a regularidade da nota fiscal, especialmente quanto:

7.7.1. à data de emissão;

7.7.2. à identificação do contrato e da Administração;

7.7.3. à descrição dos produtos fornecidos;

7.7.4. ao valor devido;

7.7.5. às retenções tributárias cabíveis.

7.8. Havendo erro ou inconsistência na nota fiscal, o prazo ficará suspenso até a regularização, sem ônus para a Administração.

### Prazo de pagamento

7.9. O pagamento será efetuado em até 30 (trinta) dias, contados da conclusão da liquidação da despesa.

7.10. Em caso de atraso imputável à Administração, os valores devidos serão atualizados monetariamente pelo IPCA, nos termos da legislação aplicável.



#### Forma de pagamento

- 7.11. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em conta indicada pela contratada.
- 7.12. Será considerada como data do pagamento o dia da emissão da ordem bancária.
- 7.13. Serão efetuadas as retenções tributárias previstas na legislação vigente.
- 7.14. A contratada optante pelo Simples Nacional não sofrerá retenção dos tributos abrangidos por esse regime, desde que comprove tal condição por meio de documentação válida.
- 7.15. O pagamento estará condicionado à regular execução do objeto, especialmente quanto ao cumprimento dos prazos de entrega e à qualidade dos produtos fornecidos.

### **8. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E FORMA DE FORNECIMENTO**

#### **Forma de seleção e critério de julgamento da proposta**

- 8.1. O fornecedor será selecionado por meio de procedimento licitatório, na modalidade pregão, na forma eletrônica, com critério de julgamento pelo menor preço por item, nos termos da Lei nº 14.133/2021.

#### **Forma de fornecimento**

- 8.2. O fornecimento do objeto será realizado de forma parcelada e sob demanda, conforme necessidade da Secretaria Municipal de Saúde, devendo observar os prazos, locais e condições de entrega estabelecidos neste Termo de Referência.

#### **Exigências de habilitação**

- 8.3. Para fins de habilitação, o licitante deverá comprovar os seguintes requisitos:

#### **Habilitação jurídica**

- 8.4. Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;
- 8.5. Microempreendedor Individual – MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual (CCMEI), cuja autenticidade deverá ser verificada no sítio oficial do Governo Federal;
- 8.6. Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal (SLU) ou empresa individual de responsabilidade limitada (EIRELI): inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, acompanhado de documento comprobatório de seus administradores;
- 8.7. Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas, acompanhada de prova da administração em exercício;
- 8.8. Filial, sucursal ou agência: inscrição do ato constitutivo correspondente, com averbação no registro da matriz;
- 8.9. Os documentos deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

#### **Habilitação fiscal, social e trabalhista**

- 8.10. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ);
- 8.11. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante certidão conjunta expedida pela Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN);
- 8.12. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);
- 8.13. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante apresentação de Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT) ou positiva com efeitos de negativa;
- 8.14. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual ou municipal, conforme o caso, pertinente ao ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;
- 8.15. Prova de regularidade com a Fazenda Estadual e Municipal do domicílio ou sede do fornecedor;
- 8.16. Caso o fornecedor seja isento de tributos estaduais ou municipais, deverá comprovar tal condição mediante declaração do órgão fazendário competente;



8.17. Alvará Sanitário ou Licença Sanitária válida, expedida pela Vigilância Sanitária competente, compatível com a atividade de produção e/ou comercialização de alimentos;

8.18. O microempreendedor individual que pretenda usufruir dos benefícios da Lei Complementar nº 123/2006 poderá ser dispensado da inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal, nos termos da legislação aplicável.

Qualificação econômico-financeira

8.19. Certidão negativa de falência ou recuperação judicial, expedida pelo distribuidor da sede do licitante, nos termos do art. 69, inciso II, da Lei nº 14.133/2021.

8.20. Nos casos de empresas em recuperação judicial, será admitida a participação, desde que comprovada a viabilidade econômico-financeira, na forma da legislação vigente e da jurisprudência aplicável.

8.21. Declaração de que dispõe de estrutura adequada para o fornecimento dos produtos, especialmente quanto à manipulação, acondicionamento, transporte e cumprimento dos prazos de entrega estabelecidos neste Termo de Referência.

## 9. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

9.1. O valor estimado total da contratação é de R\$ 86.454,64 (oitenta e seis mil, quatrocentos e cinquenta e quatro reais e sessenta e quatro centavos), conforme apurado em pesquisa de mercado realizada na forma do art. 23 da Lei nº 14.133/2021.

9.2. O valor estimado da contratação poderá ser mantido sob sigilo, nos termos do art. 24 da Lei nº 14.133/2021, sendo divulgado após o encerramento da fase de lances, quando for o caso, como medida de preservação da competitividade.

9.3. Os preços contratados poderão ser reajustados, observado o interregno mínimo de 12 (doze) meses, contado da data do orçamento estimado, mediante aplicação de índice oficial previamente definido no edital, nos termos do art. 25, §7º, da Lei nº 14.133/2021.

9.4. Poderá haver revisão dos preços para restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro, nos termos do art. 124, inciso II, alínea “d”, da Lei nº 14.133/2021, nas hipóteses de:

9.4.1. caso fortuito, força maior ou fato do príncipe;

9.4.2. fatos imprevisíveis, ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução do contrato nas condições pactuadas;

9.4.3. criação, alteração ou extinção de tributos ou encargos legais, com comprovada repercussão sobre os preços contratados.

## 10. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

10.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de dotações orçamentárias próprias da Secretaria Municipal de Saúde, consignadas no orçamento vigente, a serem oportunamente especificadas no instrumento contratual, nos termos do art. 18 da Lei nº 14.133/2021.

FICHA	DOTAÇÃO
248	02.03.01.10.122.0008.2105.3.1.90.04.00.1.500.000.0000
265	02.03.01.10.301.0008.2106.3.3.90.30.00.1.500.000.0000
265	02.03.01.10.301.0008.2106.3.3.90.30.00.1.600.000.0000
265	02.03.01.10.301.0008.2106.3.3.90.30.00.1.621.000.0000
293	02.03.01.10.306.0009.2120.3.3.90.30.00.1.500.000.0000





10.2. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

## **11. DO FORO**

11.1. É eleito o Foro da Comarca deste Município para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste objeto e que não possam ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º da Lei n.º 14.133/21.

## **12. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES**

12.1. Comete infração administrativa, nos termos do art. 155 da Lei nº 14.133/2021, o licitante ou contratado que, com dolo ou culpa:

12.1.1. deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo(a) pregoeiro(a) durante o certame;

12.1.2. não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, especialmente quando:

12.1.2.1. não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação, quando exigível;

12.1.2.2. recusar-se a enviar o detalhamento da proposta, quando exigível;

12.1.2.3. solicitar sua desclassificação após o encerramento da etapa competitiva;

12.1.2.4. deixar de apresentar amostra, quando exigida;

12.1.2.5. apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital;

12.1.3. não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

12.1.3.1. recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preços, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;

12.1.4. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;

12.1.5. fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;

12.1.6. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, especialmente quando:

12.1.6.1. agir em conluio ou em desconformidade com a lei;

12.1.6.2. induzir deliberadamente a erro no julgamento;

12.1.6.3. apresentar amostra falsificada ou deteriorada;

12.1.7. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos do certame;

12.1.8. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846/2013;

12.1.9. dar causa à inexecução total ou parcial do contrato, inclusive pelo descumprimento de prazos, especificações ou condições estabelecidas na ordem de fornecimento ou instrumento equivalente.

12.2. Com fulcro no art. 156 da Lei nº 14.133/2021, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos responsáveis pelas infrações administrativas as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e penal:

12.2.1. advertência;

12.2.2. multa;

12.2.3. impedimento de licitar e contratar;

12.2.4. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

12.3. Na aplicação das sanções, serão observados os critérios previstos no art. 156, §1º, da Lei nº 14.133/2021, considerando:

12.3.1. a natureza e a gravidade da infração cometida;

12.3.2. as peculiaridades do caso concreto;

12.3.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

12.3.4. os danos que dela provierem para a Administração Pública;



12.3.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

12.4. A multa será aplicada no percentual de 0,5% (cinco décimos por cento) a 30% (trinta por cento) sobre o valor da contratação ou da parcela inadimplida, conforme o caso, e deverá ser recolhida no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, a contar da comunicação oficial.

12.4.1. Para as infrações previstas nos itens 12.1.1, 12.1.2 e 12.1.3, a multa será de 0,5% a 15% do valor da contratação.

12.4.2. Para as infrações previstas nos itens 12.1.4, 12.1.5, 12.1.6, 12.1.7 e 12.1.8, a multa será de 15% a 30% do valor da contratação.

12.4.3. Nos casos de atraso no cumprimento das obrigações, a multa será de 0,5% (cinco décimos por cento) por dia de atraso, calculada sobre o valor da parcela inadimplida, limitada a 30% (trinta por cento).

12.5. As sanções de advertência, multa, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade poderão ser aplicadas cumulativamente, conforme a gravidade da infração.

12.6. Na aplicação da sanção de multa será assegurado o direito de defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

12.7. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos itens 12.1.1, 12.1.2 e 12.1.3, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo ao qual pertence o órgão ou entidade, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

12.8. A sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar será aplicada nas hipóteses previstas nos itens 12.1.4 a 12.1.8, bem como nas infrações previstas nos itens 12.1.1 a 12.1.3 quando justificarem a imposição de penalidade mais grave, e terá duração conforme o disposto no art. 156, §5º, da Lei nº 14.133/2021.

12.9. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou a ata de registro de preços, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades previstas neste instrumento, bem como à eventual perda da garantia de proposta, quando exigida no edital.

12.10. A apuração de responsabilidade para aplicação das sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade será realizada mediante processo administrativo de responsabilização, conduzido por comissão composta por, no mínimo, 2 (dois) servidores estáveis ou empregados públicos permanentes, assegurado o contraditório e a ampla defesa, no prazo de 15 (quinze) dias úteis para apresentação de defesa escrita e indicação de provas.

12.11. Caberá recurso, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da intimação, contra a aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão, a qual poderá reconsiderá-la no prazo de 5 (cinco) dias úteis ou encaminhá-la à autoridade superior, que deverá decidir no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis.

12.12. Caberá pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da intimação, a ser decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis.

12.13. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo até a decisão final da autoridade competente.

12.14. A aplicação das sanções previstas neste instrumento não exclui, em qualquer hipótese, a obrigação de reparação integral dos danos causados à Administração Pública.

### **13. DA REGIONALIZAÇÃO DA CONTRATAÇÃO E DO TRATAMENTO DIFERENCIADO ÀS ME/EPP**

13.1. Opção pela regionalização (itens até R\$ 80.000,00) exclusiva para ME/EPP (ou equiparada)



13.1.1. A presente licitação assegura tratamento diferenciado e favorecido às microempresas, microempreendedores individuais e empresas de pequeno porte, nos termos dos arts. 47 e 48, inciso I, da Lei Complementar n.º 123/2006, especialmente para os itens de até R\$ 80.000,00.

13.1.2. A delimitação geográfica da contratação constitui medida de caráter excepcional, admitida apenas quando devidamente justificada por razões técnicas e operacionais concretas, em observância aos princípios da isonomia, competitividade, eficiência e seleção da proposta mais vantajosa, nos termos dos arts. 5º, 9º, inciso I, e 11 da Lei n.º 14.133/2021.

13.1.3. A excepcionalidade da regionalização, no presente caso, encontra respaldo na natureza do objeto, consistente no fornecimento de produtos de panificação destinados ao atendimento das demandas da Secretaria Municipal de Saúde, os quais possuem caráter perecível e demandam fornecimento contínuo, diário ou frequente, com reduzido intervalo entre produção, entrega e consumo.

13.1.4. Os produtos objeto da contratação, tais como pães, bolos e demais itens de padaria, exigem preparo recente e consumo em curto espaço de tempo, sendo imprescindível que a logística de fornecimento assegure a manutenção de suas características de qualidade, frescor e condições sanitárias adequadas.

13.1.5. O Município não dispõe de estrutura adequada para armazenamento desses produtos por longos períodos, o que impõe a necessidade de fornecimento parcelado, em pequenas quantidades e com elevada frequência, de modo a atender às unidades de saúde sem prejuízo à qualidade dos alimentos ofertados.

13.1.6. Para fins de delimitação da abrangência regional da presente contratação, serão adotados os parâmetros definidos pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), considerando-se como área de atuação a Microrregião 63 – Muriaé, composta pelos seguintes municípios: Antônio Prado de Minas, Barão do Monte Alto, Caiana, Carangola, Divino, Espera Feliz, Eugenópolis, Faria Lemos, Fervedouro, Miradouro, Mirai, Muriaé, Orizânia, Patrocínio do Muriaé, Pedra Dourada, Rosário da Limeira, São Francisco do Glória, São Sebastião da Vargem Alegre, Tombos e Vieiras.

13.1.7. A experiência administrativa demonstra que a contratação de fornecedores localizados fora da região delimitada acarreta dificuldades no cumprimento dos prazos de entrega, especialmente em razão da necessidade de fornecimento diário ou em curtos intervalos, o que compromete a qualidade e a adequação dos produtos fornecidos.

13.1.8. Considerando a natureza altamente perecível dos produtos de panificação, o aumento do tempo de transporte pode resultar em perda de frescor, endurecimento, contaminação e inadequação ao consumo, comprometendo a segurança alimentar dos usuários dos serviços de saúde.

13.1.9. A restrição geográfica, portanto, mostra-se necessária, adequada e proporcional para assegurar a eficiência administrativa, a continuidade dos serviços públicos de saúde e a qualidade dos alimentos fornecidos, em conformidade com o art. 37, caput, da Constituição Federal.

13.1.10. Ressalta-se que, na área delimitada, há a existência de, no mínimo, 03 (três) fornecedores competitivos enquadrados como microempresas ou empresas de pequeno porte, aptos a atender às exigências do certame, em conformidade com o art. 49 da Lei Complementar n.º 123/2006, não havendo prejuízo à competitividade.

13.1.11. O Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais admite, em caráter excepcional, a limitação de proximidade geográfica como condição para a contratação, desde que demonstrada sua indispensabilidade para a adequada execução do objeto. Nesses casos, exige-se que o critério esteja devidamente justificado na fase interna do processo licitatório, com fundamento nos princípios da eficiência, economicidade e interesse público.

13.1.12. No presente caso, restam evidenciadas as circunstâncias fáticas e técnicas que justificam a adoção da regionalização como medida excepcional, especialmente em razão da necessidade de fornecimento frequente, da ausência de estrutura de armazenamento e da natureza perecível dos produtos de panificação, o que torna indispensável a proximidade dos fornecedores para a adequada execução contratual.

13.1.13. Diante do exposto, a regionalização da contratação, limitada à Microrregião 63 – Muriaé, aliada ao tratamento diferenciado às microempresas e empresas de pequeno porte, revela-se medida legítima,



motivada e alinhada ao interesse público, em conformidade com a legislação vigente e com o entendimento da Corte de Contas mineira.

13.1.14. Ainda que o objeto contemple itens de natureza industrializada e não perecível, a presente contratação possui predominância de produtos de panificação, lanches prontos e alimentos de preparo recente, cuja adequada execução depende de logística de fornecimento frequente, entregas em prazos reduzidos (em regra, até 24 horas) e curto intervalo entre produção, entrega e consumo. Nesse contexto, a ampliação excessiva da área de competição pode comprometer a eficiência da execução contratual, em razão do aumento do tempo de transporte, da dificuldade de atendimento tempestivo das demandas e do risco de perda de qualidade, frescor e condições sanitárias dos produtos fornecidos. Assim, a delimitação regional adotada mostra-se medida necessária e proporcional para assegurar a continuidade, a eficiência e a qualidade dos serviços prestados pela Secretaria Municipal de Saúde.

## PROCESSO LICITATÓRIO N.º 027/2026 - PREGÃO ELETRÔNICO N.º 009/2026

### ANEXO III MODELO DE PROPOSTA COMERCIAL

**OBJETO:** contratação de empresa(s) para o fornecimento parcelado de produtos de panificação, lanches prontos, itens de confeitaria, frios, bebidas, frutas e gêneros alimentícios correlatos, destinados ao preparo e fornecimento de lanches, bem como ao atendimento das demandas, ações, campanhas, eventos, reuniões, capacitações, atividades administrativas e operacionais desenvolvidas pela Secretaria Municipal de Saúde do Município de Antônio Prado de Minas/MG, em conformidade com o Edital e seus anexos.

<b>DADOS DA PROPONENTE</b>
RAZÃO SOCIAL:
CNPJ:
ENDEREÇO COMPLETO:
TELEFONE:
E-MAIL:

<b>DADOS DO REPRESENTANTE LEGAL PARA ASSINATURA DO CONTRATO</b>	
NOME:	
CPF:	IDENTIDADE:
ENDEREÇO COMPLETO:	
TELEFONE:	E-MAIL:

Indicamos os endereços eletrônicos acima informados, para recebimento de intimações, inclusive as decorrentes de processo administrativo disciplinar, ordens de fornecimento/serviço, comunicações, etc., objeto do presente instrumento.





ITEM	DESCRIÇÃO	MARCA/ MODELO	UNID.	QUANT.	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL

Valor Global da Proposta: R\$ \_\_\_\_\_ (\_\_\_\_\_).

Prazo de validade: 60 (sessenta) dias, contados da abertura da sessão pública estabelecida no preâmbulo deste edital.

Declaro que nos preços propostos encontram-se incluídos todos os tributos, encargos sociais, frete até o destino e quaisquer outros ônus que porventura possam recair sobre a prestação dos serviços objeto da presente licitação, responsabilizando-se a licitante, com a apresentação de sua proposta, pela veracidade desta informação e que os produtos/serviços ofertados estão de acordo com todas as condições, especificações e características previstas no edital e seus anexos.

DADOS BANCÁRIOS: indicar Banco/Agência/Conta corrente Prazo de entrega: conforme edital

OBS: A INTERPOSIÇÃO DE RECURSO SUSPENDE O PRAZO DE VALIDADE DA PROPOSTA ATÉ DECISÃO.

[Local], [dia] de [mês] de [ano]

## PROCESSO LICITATÓRIO N.º 027/2026 - PREGÃO ELETRÔNICO N.º 009/2026

### ANEXO IV

#### MODELO DE DECLARAÇÃO DE ENQUADRAMENTO COMO ME OU EPP (Lei Federal n.º 14.133/2021)

**OBJETO:** contratação de empresa(s) para o fornecimento parcelado de produtos de panificação, lanches prontos, itens de confeitaria, frios, bebidas, frutas e gêneros alimentícios correlatos, destinados ao preparo e fornecimento de lanches, bem como ao atendimento das demandas, ações, campanhas, eventos, reuniões, capacitações, atividades administrativas e operacionais desenvolvidas pela Secretaria Municipal de Saúde do Município de Antônio Prado de Minas/MG, em conformidade com o Edital e seus anexos.

### DECLARAÇÃO

A empresa (nome completo) \_\_\_\_\_, com sede na Rua \_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_ (endereço completo)  
inscrita no CNPJ sob n.º \_\_\_\_\_, neste ato representada por \_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_ (diretor/sócio/representante constituído com qualificação completa, RG, CPF,  
nacionalidade, estado civil, profissão e endereço), declara sob as penas da Lei:

a) \_\_\_\_\_ que em conformidade com o previsto no  
artigo 3º da Lei Complementar n.º 123 de 15/12/2006, ter receita bruta equivalente a uma (micro empresa  
ou empresa de pequeno porte);





b) que não ha nenhum dos impedimentos previstos no § 4º, do artigo 3º da Lei Complementar n.º 123 de 15/12/2006.

c) que no presente ano-calendário, ainda não celebrou contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.

[Local], [dia] de [mês] de [ano].

NOME

Representante Legal da Licitante

## PROCESSO LICITATÓRIO N.º 027/2026 - PREGÃO ELETRÔNICO N.º 009/2026

### ANEXO V

#### MODELO DE DECLARAÇÃO DIVERSAS (Lei Federal n.º 14.133/2021)

**OBJETO:** contratação de empresa(s) para o fornecimento parcelado de produtos de panificação, lanches prontos, itens de confeitaria, frios, bebidas, frutas e gêneros alimentícios correlatos, destinados ao preparo e fornecimento de lanches, bem como ao atendimento das demandas, ações, campanhas, eventos, reuniões, capacitações, atividades administrativas e operacionais desenvolvidas pela Secretaria Municipal de Saúde do Município de Antônio Prado de Minas/MG, em conformidade com o Edital e seus anexos.

### DECLARAÇÕES

A empresa (nome completo) \_\_\_\_\_, com sede na Rua \_\_\_\_  
\_\_\_\_\_ (endereço completo)  
inscrita no CNPJ sob n.º \_\_\_\_\_, neste ato representada por \_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_ (diretor/sócio/representante constituído com qualificação completa, RG, CPF,  
nacionalidade, estado civil, profissão e endereço), declara sob as penas da Lei:

a) que está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

b) Que não possui em seu quadro funcional, pessoas menores de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e, de menores de 16 (dezesseis) anos em qualquer trabalho, salvo na condição de



aprendiz, a partir dos 14 (quatorze) anos, em observância ao art. 7º, inciso XXXIII da Constituição Federal c/c art. 68, inciso VI da Lei n.º 14.1333, de 2021;

c) Que atende à reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social e às regras de acessibilidade previstas na legislação, conforme disposto no art. 93 da Lei n.º 8.213, de 24 de julho de 1991 c/c art. 63, inciso IV da Lei n.º 14.1333, de 2021;

d) Que atende aos requisitos de habilitação, e que atesta e responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei;

e) Que não possui, em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

f) Que até a presente data inexistem fatos impeditivos a participação desta empresa ao presente certame, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores;

g) Que não foi declarada inidôneos para licitar ou contratar com o Poder Público, em quaisquer de suas esferas;

h) Que não enquadra em nenhuma das vedações estabelecidas pelo art. 14 da Lei n.º 14.133, de 2021.

I) Que estar ciente de que omitir, em documento público, declaração que dele devia constar, ou nele inserir ou fazer inserir declaração falsa ou diversa da que devia ser escrita, com o fim de prejudicar direito, criar obrigação ou alterar a verdade sobre fato juridicamente relevante, constitui o crime de falsidade ideológica previsto no artigo 299 do Código Penal, sem prejuízo do enquadramento em outras figuras penais e da sanção administrativa prevista na Lei n.º 14.133, de 2021.

[Local], [dia] de [mês] de [ano].

NOME

Representante Legal da Licitante



## PROCESSO LICITATÓRIO N.º 027/2026 - PREGÃO ELETRÔNICO N.º 009/2026

### ANEXO VI

#### TERMO DE MINUTA DE CONTRATO N.º \_\_\_\_/2026

CONTRATO ADMINISTRATIVO N.º ...../2026, QUE FAZEM  
ENTRE SI O MUNICÍPIO DE ANTÔNIO PRADO DE MINAS E  
.....

CONTRATANTE: Município de Antônio Prado de Minas, pessoa jurídica de direito público interno, portadora do CNPJ nº 17.947.631/0001-15, estabelecida no estado de Minas Gerais, na cidade de Antônio Prado de Minas, à Rua Prefeito Eurípedes Carlos de Abreu, nº 66, Centro, neste ato representado por seu PREFEITO MUNICIPAL, o Senhor Ferdinando Calian Pereira, portador do CPF de nº 043.252.006-65, brasileiro, casado, agente político, residente em Antônio Prado de Minas, à Rua José Lopes de Barros, nº. 22, Centro.

CONTRATADO: xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx, inscrito(a) no CNPJ/MF sob o n.º xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx, sediado(a) na ....., em ..... doravante designado contratado/fornecedor.

Resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente/vinculado ao Processo Administrativo n.º 027/2026, com fundamento na Lei n.º 14.133/21, proposta ofertada no bojo do citado processo, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

#### 1. CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO (art. 92, I e II)

1.1 contratação de empresa(s) para o fornecimento parcelado de produtos de panificação, lanches prontos, itens de confeitaria, frios, bebidas, frutas e gêneros alimentícios correlatos, destinados ao preparo e fornecimento de lanches, bem como ao atendimento das demandas, ações, campanhas, eventos, reuniões, capacitações, atividades administrativas e operacionais desenvolvidas pela Secretaria Municipal de Saúde do Município de Antônio Prado de Minas/MG, em conformidade com o Edital e seus anexos.

1.2. São anexos a este instrumento e vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:

1.2.1.O Termo de Referência que embasou a contratação;

1.2.2.O Edital de Licitação;

1.2.3.A Proposta do Contratado; e

1.2.4. Eventuais anexos dos documentos supracitados.

#### 2. CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO.

2.1.O prazo de vigência da contratação é de 12 (doze) meses contados da assinatura, na forma do artigo 105 da Lei n.º 14.133/2021, podendo ser prorrogado na forma e limites da Lei.

#### 3. CLÁUSULA TERCEIRA – MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS (art. 92, IV, VII e XVIII)

3.1.O regime de execução contratual, o modelo de gestão, assim como os prazos e condições de conclusão, entrega, observação e recebimento definitivo constam no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

#### 4. CLÁUSULA QUARTA - SUBCONTRATAÇÃO



4.1. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

## **5. CLÁUSULA QUINTA – PAGAMENTO (art. 92, V e VI)**

### **5.1. PREÇO**

5.1.1. O valor total da contratação é de R\$ xxxxx (xxxxxxxxxxxxxxxxx).

5.1.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

### **5.2. FORMA DE PAGAMENTO**

5.2.1. O pagamento será realizado através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

5.2.2. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

### **5.3. PRAZO DE PAGAMENTO**

5.3.1. O pagamento será efetuado pela Secretaria Municipal de Administração e Fazenda do MUNICÍPIO no prazo de até 30 (trinta) dias após a apresentação da nota fiscal/fatura pela CONTRATADA e correspondente liquidação, desde que devidamente atestado o recebimento.

5.3.2. Considera-se ocorrido o recebimento da nota fiscal ou fatura quando o órgão contratante atestar a execução do objeto do contrato.

5.3.3. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice IPCA-E de correção monetária.

### **5.4. CONDIÇÕES DE PAGAMENTO**

5.4.1. A emissão da Nota Fiscal/Fatura será precedida do recebimento definitivo do objeto da contratação, conforme disposto neste instrumento e/ou no Termo de Referência.

## **6. CLÁUSULA SEXTA - REAJUSTE (art. 92, V)**

6.1. Os preços inicialmente contratados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos produtos, nas seguintes situações:

6.1.1. Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução do contrato tal como pactuado, nos termos da alínea “d” do inciso II do caput do art. 124 da Lei n.º 14.133, de 2021;

6.1.2. Em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;

6.1.3. Na hipótese de previsão no edital ou no aviso de contratação direta de cláusula de reajustamento ou repactuação sobre os preços contratos, nos termos da Lei n.º 14.133, de 2021.

6.2. No caso do reajustamento, deverá ser respeitada a contagem da anualidade e o índice previstos para a contratação;

6.3. No caso da repactuação, poderá ser a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.

## **7. CLÁUSULA SÉTIMA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE (art. 92, X, XI e XIV)**

7.1. São obrigações do Contratante:

7.1.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o contrato e seus anexos;

7.1.2. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;

7.1.3. Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas;

7.1.4. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;

7.1.5. Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato;

7.1.6. Aplicar ao Contratado sanções motivadas pela inexecução total ou parcial do Contrato;

7.1.7. Cientificar o órgão de representação judicial para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo Contratado;



7.1.8. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.

7.1.8.1. Concluída a instrução do requerimento, a Administração terá o prazo de 60 (sessenta) dias para decidir, admitida a prorrogação motivada por igual período.

7.1.9. Notificar os emitentes das garantias quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais.

7.1.10. Comunicar o Contratado na hipótese de posterior alteração do projeto/Termo de Referência pelo Contratante, no caso do art. 93, §2º, da Lei n.º 14.133/21.

7.2. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

## **8. CLÁUSULA OITAVA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO (art. 92, XIV, XVI e XVII)**

8.1. O Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato, em seus anexos, inclusive o Termo de Referência, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

8.1.1. Manter preposto aceito pela Administração para representá-lo na execução do contrato.

8.1.1.1. A indicação ou a manutenção do preposto da empresa poderá ser recusada pelo órgão ou entidade, desde que devidamente justificada, devendo a empresa designar outro para o exercício da atividade.

8.1.2. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal do contrato ou autoridade superior (art. 137, II);

8.1.3. Alocar os empregados necessários, com habilitação e conhecimento adequados, ao perfeito cumprimento das cláusulas deste contrato, fornecendo os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, cuja quantidade, qualidade e tecnologia deverão atender às recomendações de boa técnica e a legislação de regência;

8.1.4. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os serviços nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

8.1.5. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo Contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida no edital, o valor correspondente aos danos sofridos;

8.1.6. Não contratar, durante a vigência do contrato, cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do contratante ou do Fiscal ou Gestor do contrato, nos termos do artigo 48, parágrafo único, da Lei n.º 14.133, de 2021;

8.1.7. Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente na execução do pacto.

8.1.8. Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pelo Contratante ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do empreendimento.

8.1.9. Paralisar, por determinação do Contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.

8.1.10. Promover a guarda, manutenção e vigilância de materiais, ferramentas, e tudo o que for necessário à execução do objeto, durante a vigência do contrato.

8.1.11. Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local dos serviços e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina.

8.1.12. Submeter previamente, por escrito, ao Contratante, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo ou instrumento congênere.

8.1.13. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;

8.1.14. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação no certame, ou para qualificação, na contratação direta;





8.1.15. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação (art. 116);

8.1.16. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;

8.1.17. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei n.º 14.133, de 2021.

8.1.18. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do Contratante;

## **9. CLÁUSULA NONA – GARANTIA DE EXECUÇÃO (art. 92, XII e XIII)**

9.1. Não haverá exigência de garantia contratual da execução.

## **10. CLÁUSULA DÉCIMA – DA EXTINÇÃO CONTRATUAL (art. 92, XIX)**

10.1. O contrato se extingue quando cumpridas as obrigações de ambas as partes, ainda que isso ocorra antes do prazo estipulado para tanto.

10.2. Quando a não conclusão do contrato referida no item anterior decorrer de culpa do contratado:

- ficará ele constituído em mora, sendo-lhe aplicáveis as respectivas sanções administrativas;
- poderá a Administração optar pela extinção do contrato e, nesse caso, adotará as medidas admitidas em lei para a continuidade da execução contratual.

10.3. O contrato pode ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133/2021, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

10.3.1. Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.

10.3.2. A alteração social ou modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará rescisão se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

10.3.2.1. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

10.4. O termo de rescisão, sempre que possível, será precedido:

10.4.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

10.4.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

10.4.3. Indenizações e multas.

## **11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA (art. 92, VIII)**

11.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento, na dotação abaixo discriminada:

FICHA	DOTAÇÃO
248	02.03.01.10.122.0008.2105.3.1.90.04.00.1.500.000.0000
265	02.03.01.10.301.0008.2106.3.3.90.30.00.1.500.000.0000
265	02.03.01.10.301.0008.2106.3.3.90.30.00.1.600.000.0000
265	02.03.01.10.301.0008.2106.3.3.90.30.00.1.621.000.0000
293	02.03.01.10.306.0009.2120.3.3.90.30.00.1.500.000.0000



11.2.A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

## 12.CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DAS INFRAÇÕES E SANÇÕES

12.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei n.º 14.133, de 2021, o contratado que:

12.1.1. der causa à inexecução parcial do contrato;

12.1.2. der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

12.1.3. der causa à inexecução total do contrato;

12.1.4. ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;

12.1.5. apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;

12.1.6. praticar ato fraudulento na execução do contrato;

12.1.7. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

12.1.8. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei n.º 12.846, de 1º de agosto de 2013.

12.2 Serão aplicadas ao contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

12.2.1. **Advertência**, quando o contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2º, da Lei n.º 14.133, de 2021);

12.2.2. **Impedimento de licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “12.1.2”, “12.1.3” e “12.1.4” do subitem acima deste Contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, § 4º, da Lei n.º 14.133, de 2021);

12.2.3. **Declaração de inidoneidade para licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “12.1.5”, “12.1.6”, “12.1.7” e “12.1.8” do subitem acima deste Contrato, bem como nas alíneas “12.1.2”, “12.1.3” e “12.1.4”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §5º, da Lei n.º 14.133, de 2021).

12.2.4. **Multa:**

12.2.4.1. moratória de 0,2% (dois décimos por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 15 (quinze) dias;

12.2.4.2. compensatória de 10% (dez por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total do contrato.

12.2.5. O atraso superior a 30 dias autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art.137 da Lei n.º 14.133, de 2021.

12.2.6. A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante (art. 156 §9º, da Lei n.º 14.133, de 2021).

12.2.7. Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7º, da Lei n.º 14.133, de 2021).

12.2.8. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157, da Lei n.º 14.133, de 2021).

12.2.9. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (art. 156, §8º, da Lei n.º 14.133, 2021).

12.2.10. Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 10 (dez) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

12.2.11. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no **caput** e parágrafos do art. 158 da Lei n.º 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

12.2.12. Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, §1º, da Lei n.º 14.133, de 2021):

a) a natureza e a gravidade da infração cometida;

b) as peculiaridades do caso concreto;

c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

d) os danos que dela provierem para o Contratante;



- e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

**CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA FISCALIZAÇÃO E GESTÃO CONTRATUAL (art. 117 da Lei nº 14.133/2021)**

- 13.1. A execução do contrato será acompanhada e fiscalizada por servidor(es) devidamente designado(s) pela Administração, nos termos do art. 117 da Lei nº 14.133/2021.
- 13.2. O fiscal do contrato anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas à execução contratual, determinando o que for necessário à regularização de falhas ou defeitos observados.
- 13.3. O gestor do contrato acompanhará os aspectos administrativos da execução, adotando as providências necessárias ao fiel cumprimento das cláusulas contratuais.
- 13.4. O fiscal e o gestor do contrato poderão ser auxiliados por terceiros ou por equipe de apoio, desde que formalmente designados pela Administração.
- 13.5. O Contratado deverá prestar todas as informações solicitadas pela fiscalização, bem como permitir o acesso aos locais de execução e aos documentos relativos ao objeto contratado.
- 13.6. A atuação da fiscalização não exclui nem reduz a responsabilidade do Contratado pelos danos causados à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do contrato.
- 13.7. As decisões e providências que ultrapassarem a competência do fiscal deverão ser encaminhadas à autoridade superior, em tempo hábil para a adoção das medidas cabíveis.

**14. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DOS CASOS OMISSOS (art. 92, III)**

- 14.1. Os casos omissos serão decididos pelo CONTRATANTE, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021 e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

**15. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – ALTERAÇÕES**

- 15.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.
- 15.2. O CONTRATADO é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.
- 15.3. As supressões resultantes de acordo celebrado entre as partes contratantes poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do termo de contrato.
- 15.4. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

**16. CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – PUBLICAÇÃO**

- 16.1. Incumbirá à CONTRATANTE providenciar a divulgação deste instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), nos termos do art. 94 da Lei nº 14.133/2021, como condição de eficácia do contrato, sem prejuízo de sua publicação no sítio eletrônico oficial do Município.

**17. CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – FORO (art. 92, §1º)**

- 17.1. É eleito o Foro da Comarca deste Município contratante para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não possam ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º da Lei nº 14.133/21.

xxxxxxxxxxxxxx/xx, ..... de 2026.

**MUNICÍPIO DE ANTÔNIO PRADO DE MINAS**

Ferdinando Calian Pereira  
Prefeito Municipal



**Contratante**

\_\_\_\_\_  
**Empresa**  
Representante legal  
**Contratada**

Testemunhas:

1) Nome: \_\_\_\_\_

2) Nome: \_\_\_\_\_

CPF: \_\_\_\_\_

CPF: \_\_\_\_\_

**PROCESSO N.º 027/2026 – PREGÃO ELETRÔNICO Nº 009/2026**

**Anexo VII**

**DECLARAÇÃO DE DISPONIBILIDADE DE ESTRUTURA ADEQUADA PARA FORNECIMENTO DOS PRODUTOS**

À Prefeitura Municipal de Antônio Prado de Minas

A empresa \_\_\_\_\_, inscrita no CNPJ sob o nº \_\_\_\_\_, sediada à \_\_\_\_\_, por intermédio de seu representante legal o(a) Sr.(a) \_\_\_\_\_, portador(a) do CPF nº \_\_\_\_\_ e RG nº \_\_\_\_\_, DECLARA, para os devidos fins, que dispõe de estrutura física, operacional, logística, equipamentos, pessoal qualificado e demais condições necessárias e adequadas para o fornecimento dos produtos objeto do presente certame, atendendo plenamente às exigências contidas no edital e seus anexos.

Declara, ainda, que possui capacidade para realizar as entregas dentro dos prazos e condições estabelecidos pela Administração Pública, garantindo a qualidade e regularidade do fornecimento contratado.

Por ser verdade, firma a presente declaração para os fins legais.

\_\_\_\_\_  
Local e data

\_\_\_\_\_  
Nome do responsável legal  
Cargo



Empresa  
CNPJ